

J. Antonio B. Coimbra



NOTÍCIAS DE "VICENTE SÓ"

BRUSQUE - ONTEM E HOJE



ANO V

Nº. 17

EDIÇÃO DA
SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE

Sociedade Amigos de Brusque

Fundada a 4 de Agosto de 1953

Reconhecida de utilidade pública:

Lei Estadual nº 1162 de 12 de novembro de 1954

Lei Municipal nº 73 de 9 de março de 1954

C. G. C. 83721 639/0001-93

Sede própria: Avenida Otto Renaux — Caixa Postal, 27

88350 - BRUSQUE — Santa Catarina

Mantenedora do MUSEU HISTÓRICO DO VALE DO ITAJAÍ-MIRIM

Notícias de "Vicente Só"

BRUSQUE — ONTEM E HOJE

Revista de cultura histórica do Vale do Rio Itajaí-Mirim

Registrada sob nº 02 no Livro de Registros de Pessoas
Jurídicas em Brusque, Santa Catarina

Publicada trimensalmente sob a responsabilidade da

SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE

DIREÇÃO: AYRES GEVAERD

Composta e impressa nas Oficinas da Fundação "Casa Dr. Blumenau"

NOTÍCIAS DE "VICENTE SÓ"

BRUSQUE-ONTEM E HOJE

ANO V

Janeiro, Fevereiro e Março de 1981

Nº 17

Sumário

DIRETORES, CÂMARA DE VEREADORES (IMPÉRIO), SUPER-INTENDENTES E PREFEITOS DE BRUSQUE - Ayres Gevaerd	2
A "HISTÓRIA DE VIDA" E SUA IMPORTANCIA PARA O ESTU- DO DA COLONIZAÇÃO DO VALE DO ITAJAI - Giralda Seyferth	10
MEMÓRIA — BRUSQUE NO CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA - Maria do Carmo R. K. Goulart	17
EMANCIPAÇÃO ADMINISTRATIVA DA EX-COLÔNIA BRUS- QUE - Aloisius C. Lauth	22
RELATÓRIO DOS PREPARATIVOS E DAS FESTAS DO 1º CENTE- NÁRIO DE BRUSQUE (Conclusão)	31
DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO BARÃO MAXIMILIANO DE SCHNEEBURG: MARÇO E ABRIL DE 1863	37

CAPA — Concepção e gentileza de Wolfgang L. Rau.

CLICHÊ — A tradicional Rua das Carreiras em 1920.
À direita a Casa da Imigração depois Cadeia Pública.

Diretores, Câmara de Vereadores (Império), Superintendentes e Prefeitos de Brusque

Ayres Gevaerd

Com o propósito de instalar, por ocasião da inauguração do prédio da Prefeitura Municipal, em 1968, a galeria de fotografias dos Administradores de Brusque, o Prefeito Antônio Heil pediu-me para relacioná-los e seus respectivos períodos administrativos.

A galeria foi instalada, porém, incompleta.

Não podia contar, para pesquisas, com o arquivo da Prefeitura Municipal, organizado somente a partir de 1950, e, mesmo assim, com muitas falhas.

Contava, entretanto, com o Arquivo Histórico da Sociedade Amigos de Brusque; com o livro de Oswaldo Rodrigues Cabral, "Brusque — Subsídios para a História de uma Colônia nos tempos do Império"; com "Os administradores de Brusque", notas de Evilásio Guilherme Gevaerd e Cyro Gevaerd; com os livros de Notas dos Juizes de Paz e, finalmente, com os jornais de Brusque: Gazeta Brusquense, Brusquer Zeitung, O Progresso, O Rebate, Correio Brusquense, Folha Brusquense, Jornal de Brusque e O Município, coleções devidamente organizadas, preciosidades da Sociedade Amigos de Brusque.

A relação e os períodos administrativos aí estão. Faltam os nomes, poucos, de funcionários e substitutos legais que, nas ausências dos titulares por alguns dias, respondiam pelo cargo.

1) MAXIMILIANO DE SCHNÉEBURG — 4 de agosto de 1860 a 31 de dezembro de 1867.

JOÃO ANDRÉ COGOY JUNIOR — Interino — Outubro de 1861 a 8 de fevereiro de 1862.

MAXIMILIANO VON BORROWSKI E PASTOR HENRIQUE SANDREWSECKY — Substitutos.

Funcionários da Administração Colonial — assumiam o cargo nas ausências do Diretor: DR. BARZILLAR COTTLE — Interino. Cargo que acumulou com a direção da Colônia Príncipe Dom Pedro. De 12 de abril de 1867 a março de 1868.

Maximiliano de Schnéeburg em abril de 1867 solicitou licença para tratamento de saúde; em julho houve prorrogação; em outubro, novamente. Foi exonerado em dezembro, vindo a falecer no dia 16 de setembro de 1869 em Franzenbad, Áustria.

2) FREDERICO VON KLITZING. Abril a outubro de 1868, como interino. Efetivo de outubro a dezembro de 1869. Em 30 de setembro de 1868 até 26 de Novembro assumiu, também, interinamente, a direção da Colônia Príncipe Dom Pedro, substituindo a Elpidio de Melo.

MAXIMILIANO VON BORROWSKI, como substituto várias vezes e como interino de outubro a dezembro de 1869.

3) Capitão FIRMINO JOSÉ CORREIA — Efetivo de 9 de dezembro de 1869 a julho de 1870.

MAXIMILIANO VON BORROWSKI como interino de julho de 1870 até a passe do Major João Detzi. Novamente em abril e Maio de 1871.

4) MAJOR JOÃO DETZI. Efetivo. Fins de 1870 a 5 de novembro de 1871.

MAXIMILIANO VON BORROWSKI como substituto de 6 de novembro de 1871 a março de 1872.

5) DR. LUIZ BETIN PAES LEME. Efetivo de 2 de março de 1872 a 1 de dezembro de 1875. Para tratamento de saúde do titular, MAXIMILIANO VON BORROWSKI, assumiu o cargo, interinamente, de 1 de dezembro de 1875 a 22 de janeiro de 1876. O Dr. Luiz Betin Paes Leme não voltaria a ocupar o cargo.

6) DR. OLÍMPIO A. DE SOUZA PITANGA. Efetivo de 22 de janeiro de 1876, nomeado a 8 de janeiro, até fins de outubro de 1877.

Substitutos: ANTÔNIO THOMÉ DA SILVA, ajudante do Diretor de setembro a outubro de 1876. AUGUSTO PRALON, também ajudante, em junho de 1877. Interino, GLODOMIRO PAREDES, fins de outubro de 1877 a 1 de dezembro do mesmo ano.

7) DR. JOÃO CARVALHO BORGES JÚNIOR. Efetivo de 1 de dezembro de 1877 a fins de abril de 1880. Substitutos: JOSÉ CAETANO FIUZA LIMA JÚNIOR e JÚLIO DA SILVA E OLIVEIRA, ambos engenheiros, como substitutos, algumas vezes, no período Dr. João Carvalho Borges Júnior.

8) DR. BENJAMIM FRANKLIN DE ALBUQUERQUE LIMA. Efetivo de 6 de maio de 1880 a 13 de março de 1881. Substituto, de 14 de março de 1881 até 4 de maio do mesmo ano, o engenheiro JÚLIO DA SILVA E OLIVEIRA.

9) DR. JACINTO ADOLPHO DE AGUILAR PANTOJA. Efetivo de 4 de maio de 1881, foi nomeado a 13 de março, até 1883.

Notas: No dia 23 de março de 1881 a Lei nº 920 elevou à categoria de Município a Freguesia de São Luiz Gonzaga das Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro, com idêntica denominação. A sede passou à categoria de VILA.

A 12 de janeiro de 1882 o diretor Dr. PANTOJA remete ao Governo Provincial as contas do trimestre Janeiro a Março referentes aos créditos da emancipação e das inundações de 1880 a 1881.

A 8 de maio seguinte solicita por telegrama da estação de Itajahy, um empregado da Fazenda Provincial para entregar-lhe os Bens pertencentes ao Estado, sob sua guarda. O Dr. Jacinto Adolpho de Aguilar Pantoja apesar de demissionário, permaneceu na administração até a instalação da Câmara de Vereadores. Existem documentos de terras assinados por em 1882 e 1883.

Finalmente no dia 8 de julho de 1883 foi instalada a primeira Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga pelo advogado Dr. For-

tunato Mendes e Francisco Victorino da Silva, respectivamente presidente e secretário da Câmara de Itajahy. Antes, a 5 de maio do mesmo ano, realizou-se na Casa da Diretoria, sob a presidência do Juiz de Paz Germano A. Thieme, a eleição dos nossos primeiros Vereadores:

GERMANO WILLERDING — Presidente

JOÃO DA SILVA MAFRA NETO

GUILHERME KRIEGER

PEDRO JACOB HEIL

CRISTOVAM STACK

BELMIRO DE AMORIM SERVA

AUGUSTO AFONSO VIANNA

GERMANO WILLERDING ficou na presidência até dezembro de 1884.

No dia 28 de dezembro foi realizada eleição para substituir um Vereador cujo nome não se conhece (suponho Germano Willerding), sendo eleito Nicolau Gracher com 11 votos contra Manoel dos Santos Bittencourt que obteve 9.

De 1883/84, provavelmente até 1889, foi Procurador da Câmara o Dr. Alfredo Koehler.

Em 1885 encontra-se na presidência da Câmara PEDRO JACOB HEIL, que assina, nessa condição, o livro de Notas do Juiz de Paz da Vila. Demais vereadores: Nicolau Gracher, Guilherme F. Krieger, Christiano Stack, João da Silva Mafra Neto, Augusto A. Vianna e Belmiro de Amorim.

Em 1886 a mesma Câmara, sob a presidência de Guilherme F. Krieger.

A 1 de julho de 1886 foi eleita para o quadriênio 1887 a 1890, em primeiro escrutínio, a seguinte Câmara:

Germano A. Thieme — Presidente, com 4 votos; Germano Scheurich — 4 votos; Georg Boettger — 4 votos; João Batista Rudolph — 4 votos; Gottlieb Becker — 4 votos; João Bauer — 3 votos; Frederico Klappoth — 3 votos; Guilherme Krieger — 3 votos.

Em segundo escrutínio, no dia 10 de agosto, para o desempate, FREDERICO KLAPPOTH obteve 9 votos, GUILHERME KRIEGER 8 votos e JOÃO BAUER 7 votos. Com esse resultado JOÃO BAUER ficou como Suplente. Alfredo L. Büchele era o secretário, não Vereador.

Em 1887 a mesma Câmara, continuando GERMANO A. THIEME na presidência. Em novembro desse ano encontramos FREDERICO KLAPPOTH como Vice-presidente em exercício.

Em 1888, no dia 23 de fevereiro, foi aplicada pena de suspensão ao vereador Georg Boettger, logo substituído pelo suplente João Bauer. Nesse ano foram confirmados na presidência GERMANO A. THIEME e na vice FREDERICO KLAPPOTH.

Na sessão ordinária de 5 de janeiro de 1888 verificou-se um fato curioso: foi registrado um protesto do vereador GEORG BOETTGER, por não ter o presidente GERMANO A. THIEME aberto a sessão na

forma regulamentar: toque de campainha. O presidente declarou simplesmente que a sessão estava aberta!!

Como secretário da Câmara funcionou o cidadão Carlos Renaux, não Vereador, substituindo o titular demissionário, Alfredo L. Büchele. Em maio passou a secretaria José V. Haendchen seguindo-se João Luiz Gonzaga.

1889 — Encontra-se na presidência GUILHERME KRIEGER eleito a 7 de janeiro, na vice GEORG BOETTGER. Demais vereadores: GOTTLIEB BECKER, JOÃO B. RUDOLPH, GERMANO SCHEURICH, FREDERICO KLAPPOTH e GERMANO A. THIEME. Esse último exonerou-se em outubro.

Em 1890, a 7 de janeiro, reelege-se GUILHERME KRIEGER, aparecendo ADRIANO SCHAEFFER no lugar de GERMANO A. THIEME.

No dia 13 de janeiro seguinte reuniu-se pela última vez a Câmara de Vereadores sob o regime Monárquico, presidida por GUILHERME KRIEGER. Nessa sessão foi tomado conhecimento das determinações do Governo Republicano e da nomeação do Dr. Lauro S. Müller para Governador do Estado de Santa Catarina. No dia 14 de janeiro tomou posse a primeira INTENDÊNCIA MUNICIPAL, com 5 membros, nomeados pelo Governo Estadual de acordo com a Resolução nº 61 de 7 de Janeiro:

CARLOS RENAUX — presidente
EDUARDO VON BUETTNER
FREDERICO KLAPPOTH
ADRIANO SCHAEFFER
JOÃO BAUER

O governador do Estado, Dr. Lauro S. Müller, no dia 17 de janeiro de 1890 resolve, autorizado pelo Decreto Lei nº 7 de 20 de novembro de 1889, mudar a denominação São Luiz Gonzaga para BRUSQUE.

Em 1891, no dia 30 de agosto, sob a presidência de Carlos Renaux, processa-se a eleição do Conselho Municipal e do Superintendente, que seria o primeiro de Brusque. É eleito com 57 votos CARLOS RENAUX e o Conselho ficou assim constituído:

FREDERICO KLAPPOTH
EDUARDO VON BUETTNER
ADRIANO SCHAEFFER
JOÃO DA SILVA MAFRA NETO
JOÃO BAUER

A Lei nº 16, de 3 de novembro de 1891, assinada pelo Vice-Governador Cel. Gustavo Richard, eleva Brusque à categoria de COMARCA, instalada no dia 16 de março de 1892. Foi primeiro Juiz de Direito, Dr. Wanderley Navarro Pereira Lins. Em 1892, a 20 de Novembro, de conformidade com o artigo 73 da Lei nº 44 de 20 de agosto desse mesmo ano, é eleito para o quadriênio 1º de janeiro de 1893 a 31 de dezembro de 1896 o seguinte Conselho:

JOÃO FRANCISCO DA ROCHA — 84 votos
CARLOS KRAEMER — 84 votos
JOÃO BATISTA RUDOLPH — 83 votos
CRISTIANO BECKER — 80 votos
GUILHERME KRIEGER — 79 votos, e outros candidatos com menor votação.

NICOLAU GRACHER em 1893 — 1894 exerceu as funções de Superintendente, entretanto, por falta de documentos seguros, não é possível precisar se eleito ou como suplente do cargo. Existe confusão com relação ao cargo de superintendente ocupado em 1891 por Carlos Renaux, eleito no dia 30 de agosto e sua eleição para a Assembléia Constituinte Estadual, como representante do Partido Republicano, ocorrida a 8 de março daquele ano. O mais provável teria sido a renúncia de Carlos Renaux e a eleição de Nicolau Gracher.

Em 1892/93 aparece GUILHERME KRIEGER na presidência do Conselho Municipal. De acordo com a Instrução de 28 de fevereiro de 1895 do Governo Estadual, a 7 de abril seguinte elege-se com 35 votos, para o cargo de Superintendente ADRIANO SCHAEFER e o Conselho passou a ter a seguinte formação:

JOÃO KORMANN
MANOEL F. MOREIRA
CARLOS KÜHNE
JOÃO HEIL

JOÃO HODECKER e como suplentes: Augusto Klappoth, Carlos Graf e José Gleich.

Em 1896 — 1897 a administração era a seguinte: ADRIANO SCHAEFER, superintendente; João Bauer, 1º suplente e João Bauer Júnior, 2º suplente João Luiz Gonzaga, secretário e João Teodoro Laux, tesoureiro.

Na presidência do Conselho CARLOS KÜHNE. Em Novembro de 1897 e em março de 1898, JOÃO BAUER exerceu as funções de Superintendente, certamente como 1º substituto.

No dia 13 de Novembro de 1898 realizaram-se eleições para superintendente e conselheiros, cujo resultado foi:

CARLOS LUIZ GEVAERD — 74 votos
NICOLAU GRACHER — 44 votos.

Conselheiros: CARLOS RENAUX, EDUARDO VON BUETTNER, NICOLAU LAURITZEN, GEORG BOETTGER com 74 votos cada um. Manoel F. Moreira, Carlos Kühne, Vicente Kormann e Floriano Fischer com 44 votos cada.

Não existem indícios seguros de que Carlos Luiz Gevaerd tenha assumido a superintendência. As raras fontes consultadas indicam Nicolau Gracher como o titular. Os votos aqui anotados referem-se a uma seção eleitoral. É possível a existência de mais uma ou duas seções que teriam dado maioria de votos a Nicolau Gracher.

Em 1900 vemos Nicolau Gracher como Superintendente de um lado e Carlos Renaux de outro, firmarem contrato permitindo ao se-

gundo a construção de uma linha férrea de bitola estreita para tração animal que, partindo da passagem sul do rio Itajahy Mirim, terminaria nas proximidades de sua fábrica de tecidos; extensão máxima de 3 quilômetros.

NICOLAU GRACHER administrou Brusque de 1º de Janeiro de 1899 até a data de seu falecimento ocorrido a 13 de novembro de 1901, sendo seu sucessor JOÃO BAUER que, em 11 de julho de 1902 assina como Superintendente o Código de Posturas do Município, até a posse de GUILHERME KRIEGER, eleito a 5 de janeiro de 1902.

GUILHERME KRIEGER permaneceu no cargo até terminar o período de 4 anos que pertenceu a Nicolau Gracher.

CARLOS KÜHNE foi eleito superintendente a 7 de dezembro de 1902, sendo empossado a 1º de janeiro seguinte. Compondo o Conselho Municipal encontramos João Bauer, João B. Rudolph, João Heil e Henrique Hoffmann. Não se conhece o quinto conselheiro.

Poucos meses permaneceu CARLOS KÜHNE no cargo; enfermo, renunciou. Nesse ano tivemos GUILHERME KORMANN exercendo as funções na qualidade de suplente; NICOLAU LAURITZEN, também como substituto, em setembro, quando assinou a Lei Orgânica do Município (8.9.1903). Em julho elegeu-se superintendente CARLOS RENAUX, para substituir Carlos Kühne, porém, poucos meses depois, VICENTE SCHAEFER, também na qualidade de substituto, ocupou o cargo. Assim, tivemos em 1903 nada menos que 5 Superintendentes.

Em 1904, 1905 e 1906 o titular era CARLOS RENAUX, que se afastava das funções com certa frequência por razões que se desconhecem. Foram seus substitutos: Vicente Schaefer, Nicolau Lauritzen, Carlos Gracher e Joaquim Egídio Regis.

No dia 1º de janeiro de 1907 volta a ocupar o cargo GUILHERME KRIEGER, eleito a 2 de dezembro de 1906. A Câmara era a seguinte: JACOB KNIHS, presidente, GUILHERME RICH JUNIOR, JOÃO PRIMO DA SILVA MAFRA, LUIZ DE MARCHI e CARLOS RENAUX.

GUILHERME KRIEGER se manteve no cargo até o término de seu mandato, sendo reeleito em novembro de 1910, como candidato único, pois as duas facções políticas concordaram que assim fosse.

O Conselho também foi eleito, assim constituído: Luiz de Marchi, Guilherme Risch, Guilherme Krieger Júnior, Rodolfo Tietzmann e Vicente Schaefer. Em 1912 o mesmo Conselho ainda permanecia.

No impedimento ocasional do titular, GUILHERME KORMANN o substituiu.

Exatamente a 31 de dezembro de 1914, GUILHERME KRIEGER deixava para sempre a administração brusquense. Entretanto antes de terminar seu mandato, fez nova tentativa para reeleger-se, disputando com seu tradicional adversário, Carlos Renaux. No dia 2 de agosto de 1914 Carlos Renaux conseguiu 439 votos contra 208 contados a favor de Guilherme Krieger, válidos para o período 1º de janeiro de

1915 a 31 de dezembro de 1918. Na oportunidade foi eleito o seguinte Conselho:

VICENTE SCHAEFER — Presidente

JOÃO MORELLI

JOAQUIM EGÍDIO REGIS

AMADIO BEDUSCHI

FREDERICO H. KLAPPOTH e suplentes.

Para substitutos do Superintendente: 1º Otto Renaux, 2º Godofredo Mosimann e 3º Guilherme Kormann.

No dia 8 de novembro de 1915 OTTO RENAUX, 1º substituto, em vista da renúncia de CARLOS RENAUX, assume o alto cargo. Na mesma data Vicente Schaefer transfere o cargo de presidente do Conselho a AMADIO BEDUSCHI, preparando assim sua candidatura ao cargo de Superintendente.

Eleito, foi empossado a 1º de janeiro de 1916. Faltavam, portanto, 3 anos para Carlos Renaux deixar o cargo; entretanto, reinicia, não se sabe como, suas atividades político-administrativas como presidente do Conselho, substituindo a Amadio Beduschi!

Nota: Que confusão! Parece-me que um dos objetivos desse entrevero era alijar da política doméstica alguns políticos, entre eles Guilherme Krieger.

A 23 de setembro de 1916 o nosso superintendente recebe do Governo do Estado, o seguinte telegrama: "TENHO PRAZER EM COMUNICAR-VOS QUE ACABO DE SANCIONAR A LEI QUE ELEVA ESTA VILA A CATEGORIA DE CIDADE. CONGRATULAÇÕES".

Vicente Schaefer veio a falecer a 8 de junho de 1918 e seu mandato foi completado por JOÃO SCHAEFER, eleito a 4 de agosto.

AUGUSTO BAUER, eleito, assumiu a 1º de janeiro de 1919, completando novo período de 4 anos, encerrados a 31 de dezembro de 1922. Em agosto desse ano CARLOS GRACHER, como substituto, esteve em exercício.

JOÃO SCHAEFER eleito a 12 de novembro de 1922, conduziu os destinos do município de 1923 até 1926, sendo reeleito para novo período em 7 de dezembro de 1926. Na mesma data elegeu-se o seguinte Conselho: ERNESTO BIANCHINI, AUGUSTO BAUER, JAYME D. S. da LUZ, JOSÉ RUDOLPH, GUILHERME KRIEGER JÚNIOR, OTTO SCHAEFER, HENRIQUE KLAPPOTH.

A 27 de setembro de 1927 falece JOÃO SCHAEFER, substituído pelo 1º suplente HUMBERTO MATIOLLI, seguido de ERNESTO BIANCHINI, presidente do Conselho, até a posse de AUGUSTO BAUER, eleito para terminar o período de JOÃO SCHAEFER a 20 de novembro de 1927, sendo empossado a 1º de janeiro de 1928. Para substituir a Augusto Bauer no Conselho foi eleito João P. S. Mafra.

Poucos meses antes de terminar o mandato, AUGUSTO BAUER foi deposto pela Revolução, no dia 13 de outubro de 1930, sendo empossado em seguida RODOLFO VICTOR TIETZMANN. Somente a 15

de maio de 1935, Rodolfo Victor Tietzmann deixaria o poder, cedendo-o a VICTOR ALDEMAR GEVAERD, nomeado pelo Governo Estadual, até março de 1936. Nos períodos Rodolfo V. Tietzmann e Victor A. Gevaerd, HENRIQUE BOSCO, secretário da Prefeitura, nas ausências ocasionais dos titulares, assumiu o Governo. Um de seus atos foi a Resolução nº 9 dando denominação a duas ruas.

Nas eleições para o cargo de Prefeito Municipal realizadas a 1º de Março de 1936, ADOLFO WALENDOWSKY, candidato da Ação Integralista Brasileira elegeu-se e foi empossado a 6 de abril. Entretanto, com o advento do Estado Novo deixou o cargo em novembro de 1937, passando-o a ARTHUR GERMANO RISCH, nomeado a 31 de janeiro de 1938, que o exerceu até março de 1940.

No espaço de tempo contado da saída de Adolfo Walendowsky até a posse de Arthur Germano Risch, Henrique Bosco, secretário, respondeu pelo cargo.

GERMANO SCHAEFER, foi o novo Prefeito nomeado pela Resolução nº 7945 do Governo Estadual, assumindo de março de 1940 até fevereiro de 1943, transmitindo o cargo ao Professor RODOLFO GERLACH, empossado de 15 de fevereiro de 1943 até meados de 1945.

PAULO LOURENÇO BIANCHINI, substituto do Professor Rodolfo Gerlach, exerceu as funções nomeado pelo Interventor Federal até 23 de abril de 1947. Foi eleito a 23 de novembro de 1947 e empossado a 3 de janeiro de 1948, terminando o período em 31 de janeiro de 1951. No intervalo dos exercícios de Paulo Lourenço Bianchini, MÁRIO OLINGER, por nomeação, ocupou o cargo de 23 de abril de 1947 até 3 de janeiro de 1948. Candidatando-se ao cargo, foi eleito a 3 de outubro de 1950, empossado a 31 de janeiro de 1951 para substituir Paulo L. Bianchini.

Poucos meses antes de terminar o mandato, MÁRIO OLINGER exonerou-se para se candidatar a uma Cadeira na Câmara Estadual. ANIBAL DIEGOLI foi, então, eleito pela Câmara Municipal e empossado a 13 de novembro de 1954.

Dr. CARLOS MORITZ foi o seu sucessor, eleito a 3 de outubro de 1955, empossado a 31 de janeiro de 1956, cumprindo período normal até a posse de CYRO GEVAERD, eleito a 3 de outubro de 1960 e empossado no dia 31 de janeiro de 1961.

ANTONIO HEIL foi eleito a 3 de outubro de 1965, assumindo a 31 de janeiro do ano seguinte. Por ocasião de viagem à Alemanha, por vinte dias, o cargo foi exercido pelo Presidente da Câmara, KURT SCHLOESSER.

JOSÉ GERMANO SCHAEFER assumiu a 31 de Janeiro de 1970 tendo como seu vice, ALEXANDRE MERICO, para um período de 3 anos.

CÉSAR MORITZ E ANTONIO A. BADO foram os seus substitutos, respectivamente, empossados em 31 de janeiro de 1973.

Quando Brusque comemora o centenário de sua emancipação política, a administração municipal é a seguinte:

ALEXANDRE MERICO — Prefeito

DR. ANTONIO W. MOSER — Vice-Prefeito

Câmara de Vereadores: CESAR GEVAERD — presidente, Dr. JOSÉ C. BONATELLI, LUIZ A. MARTINS, CÉLIO FISCHER, ESTEVÃO DE OLIVEIRA, LIBETRAU ECCEL, HELIO HABITZREUTER, DR. JORGE R. DADAN, MARIO HEFELMANN, PEDRO VAILATI, ANTONIO DE SOUZA, EUCLIDES J. LOPES, E HELMUTH HORT.

NOTA: Neste ano, 1981, 1º centenário da criação do Município, procurei melhorar, com subsídios recém-encontrados, a relação dos administradores de Brusque e seus respectivos períodos. Entretanto, não vejo possibilidade, por motivos já citados, de maiores detalhes. O arquivo de nossa Câmara Municipal, a partir de 1947 acha-se completo e bem organizado. É possível, pois, a relação completa de nossos Vereadores nestes últimos 33 anos.

A "história de vida" e sua importância para o estudo da colonização do Vale do Itajaí

Giralda Seyferth

Em julho de 1979, juntamente com os srs. Ayres Gevaerd e Horst Schlösser, entrevistamos o sr. Carlos Haake, um dos mais antigos tecelões da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, onde começou a trabalhar no início do século. Trata-se de um depoimento valioso sobre a experiência de uma família de imigrantes estabelecida no vale do Itajaí em 1896. A história da vida de Carlos Haake — desde a Polônia até sua fixação definitiva em Brusque — mostra como é importante o testemunho desses pioneiros para a reconstituição da história da colonização. Na impossibilidade de transcrever a entrevista na íntegra, extraímos alguns tópicos interessantes, especialmente aqueles relacionados ao início da industrialização em Brusque. Mais uma vez é evidenciada a importância dos imigrantes tecelões procedentes da região têxtil de Lodz (Polônia), sem os quais, talvez, o estabelecimento de uma indústria têxtil em Brusque, naquela época, ficasse prejudicado.

Não estamos querendo superestimar a colaboração desses imigrantes (o entrevistado era um deles). É certo que no início do período republicano foram promulgadas leis de proteção à indústria nacional. Mas as dificuldades no setor têxtil eram enormes, a começar pela total dependência do estrangeiro no que diz respeito à maquinaria e matéria prima. Sem os tecelões de Lodz, Carlos Renaux preci-

saria buscar também os técnicos fora do país. Tê-los tão próximos transformados em colonos despreparados para a agricultura, deve ter sido fundamental na decisão de estabelecer em Brusque uma indústria de tecidos.

I

Em primeiro lugar, o entrevistado pôs em evidência que os imigrantes de origem alemã e polonesa que deixaram a Polônia no final do século XIX eram em número relativamente grande, e havia muitas famílias estabelecidas em vários pontos do vale do Itajaí.

A primeira pergunta que surge a partir dessa evidência: porque um número razoável de operários e técnicos da indústria de tecelagem deixou seu país, tendo como única perspectiva trabalhar na lavoura em uma região desconhecida? A resposta mais óbvia está contida na entrevista:

“A miséria lá era grande. Ganhava-se muito pouco, mal e mal dava para viver. Quem tinha terra plantava, quem não tinha precisava pagar carne e verdura; ainda dava para viver. Mas para pagar aluguel de casa com a miséria que ganhava, não sobrava nada.”

Outras razões, porém, aparecem indiretamente no depoimento de Haake, e remetem às condições de vida dos nacionais alemães na Europa Oriental. Ao desemprego e miséria somava-se o fato de que muitas das pessoas que aqui entraram como colonos poloneses ou rusos de Dodz eram, na verdade, técnicos e trabalhadores de origem alemã que viviam no território polonês sob domínio russo. Ao lado de razões de ordem econômica, geralmente apontadas como cruciais para motivar a emigração, aparece, neste caso, uma razão de ordem técnica. Os tecelões de Lodz eram AUSLANDSDEUTSCHE que nos territórios sob domínio da Rússia não tinham direito total de cidadania. Isto fica muito claro na entrevista, quando Carlos Haake relata como sua família saiu clandestinamente da Polônia:

“Todos saímos da Polônia para a Alemanha com nome falso. Da Rússia os alemães não podiam sair. Eu não sei se foi o tio do pai ou da mãe que passou a noite lá em casa e que disse: “você vão embora, vocês vão passar para a Alemanha, mas não leva nada, não leva bagagem, não leva nada; e se alguém chamar vocês não olha para o lado e não parem, vocês vão direto. Uma vez que passou 20 metros do lugar da fronteira, então vocês podem parar; mas antes não, se parar vocês vão presos”. Fomos clandestinos, tinha pessoas que forneciam documentos falsos, tinha especialistas nisso... Então o pessoal não devia falar alemão, senão chamava a atenção. Eles não podiam sair, precisavam deles lá, por que eram tecelões.

Então eu sei que o tio Carlos, que era um menino, ele começou a falar e eles taparam a boca dele. O que nós tínhamos dava para hortar tudo numa só mala. Eles botaram a trouxa numa colcha de cama

e amarravam as pontas e isso era tudo, porque de qualquer maneira era tudo revistado e ninguém podia trancar nada.”

A Polônia perdeu sua independência por várias vezes ao longo da sua história, tendo seu território dividido sob domínio russo, austríaco e alemão. As mudanças de fronteira eram freqüentes e muitas áreas que numa época estavam sob domínio alemão podiam passar para o domínio da Rússia ou da Áustria, permanecendo neles populações de nacionalidade alemã, vivendo em territórios não subordinados ao Estado alemão; evidentemente, tinha sua liberdade limitada, como parece ter sido o caso dos imigrantes de Lodz que entraram no vale do Itajaí.

II

Outra pergunta diz respeito à escolha do país para onde migrar: por que o Brasil? O governo brasileiro tinha interesse em promover a imigração européia. A propaganda nesse sentido foi bastante intensa durante o período imperial e prosseguiu durante os primeiros anos da República. A política de colonização tinha como objetivo principal atrair imigrantes que se destinavam ao trabalho agrícola. Fossem ou não camponeses no país de origem, eles entravam no país na condição de colonos.

No caso da família Haake, outro fator comum à colonização no sul do Brasil foi a causa determinante da emigração: a correspondência entre os imigrantes e seus parentes no país de origem. O avô paterno do entrevistado já se encontrava no Brasil, e através de cartas incentivou o filho a vir também:

“Meu pai, Julius Haake, veio por conta própria, porque meu avô estava aqui antes. . . Ele estava também lá no Benedito Novo, faleceu lá. . . Ele escreveu para meu pai que nesse tempo que ele estava aqui no Brasil já se comprou tantos mil metros de terras. O velho viu aquela carta e disse: “Vou para o Brasil, vou e vou para o Brasil”. E também um dia nós arrumamos tudo e saímos”.

A perspectiva de aquisição de terras “em quantidade” parece, assim, ter sido um fator importante na determinação de emigrar, mesmo para pessoas cuja profissão nada tinha a ver com a agricultura. A própria propaganda do governo brasileiro e das grandes companhias colonizadoras que atuavam no sul do Brasil, acentuava sempre a facilidade com que uma família podia se tornar proprietária de um lote colonial. Estes lotes tinham em média 25 a 30 hectares, enquanto que na Europa, especialmente na Alemanha, dificilmente uma família camponesa possuía tanta terra. Como a maioria dos emigrantes não tinha noção do tipo de terras que ia encontrar no Brasil — a propaganda em geral, acentuava a semelhança climática entre o sul do Brasil e a Europa — 25 hectares eram uma possibilidade tentadora para famílias que na Alemanha tinham de trabalhar por jornada, ou que possuíam apenas 1 ou 2 hectares de terras. E eram um atrativo muito for-

té até para pessoas que, como os Haake, não possuíam terra alguma, viviam de salários baixos e ainda tinham de pagar aluguel exorbitante, num país onde eram tratados como cidadãos de segunda classe.

III

O que foi analisado no item II remete a uma outra questão: terra foi uma causa importante na decisão de emigrar, até mesmo para um técnico em tecelagem. Mas como teriam subsistido numa região colonial as famílias que não tinham noção alguma de agricultura? Ainda aqui, a trajetória da família Haake desde a Polônia até a condição de empregados da Fábrica Renaux, em Brusque, se torna um exemplo comum entre muitos ocorridos nas regiões de colonização em Santa Catarina.

O entusiasmo inicial dos imigrantes, causado pelas cartas de amigos e familiares e pela propaganda oficial que só falava de facilidades na aquisição de terras e de incentivos do governo, foi seguido pela decepção face às condições das áreas coloniais. Se as dificuldades eram grandes para camponeses europeus habituados ao trabalho no campo, muito maiores eram os problemas daqueles que nunca foram lavradores.

Assim como outras famílias procedentes da mesma região (o território polonês sob administração russa), os Haake receberam um lote numa linha colonial pertencente, na época, ao município de Blumenau, denominada Russenbach (Ribeirão dos Russos) — onde já se encontrava o avô do entrevistado. Tratava-se de uma área ainda coberta de floresta, com os lotes não inteiramente demarcados, os habitantes isolados uns dos outros, tendo como via de comunicação uma picada na qual não passava sequer uma carroça. Os terrenos acidentados, impróprios para a agricultura, representavam outro ponto negativo:

“Todos os que vieram da Rússia foram naquela zona lá, Russenbach, tinha o ribeirão e logo atrás uma picada, e mais três lotes de nós. Podia ter comprado, mas não prestava aquela terra. Deixamos aqueles lotes e nós fomos atrás daqueles todos, onde não tinha picada nem nada de uma vez. Não tinha sido derrubada uma ripa ainda. No centro do mato de uma vez, lá nós ficamos... Não deu certo para o pai trabalhar na roça. Ele era tecelão, ele trabalhava na fição e também na tecelagem... E lá de Blumenau saímos de carroça e lá para dentro, depois, no Russenbach, nós fomos a pé, que não dava para ir de carroça porque não tinha picada. Como é que ia dar certo?”

O depoimento mostra que os mesmos problemas e dificuldades que os primeiros imigrantes do vale do Itajaí enfrentaram no início da colonização, se repetiram quase 50 anos depois. Os Haake chegaram ao Russenbach em 1896. A falta de condições de trabalho na

agricultura forçaram o chefe da família a procurar trabalho fora da sua colônia, como tantos pioneiros que deixaram o trabalho na roça para trabalhar na abertura de estradas:

“Meu pai saiu para trabalhar primeiro em Blumenau, o meu irmão e o meu pai trabalharam lá onde vai dar aquela estrada lá para a Velha; isso eles ajudaram a fazer. Depois saíram de lá, foram para Lontras, na subida, aquela estrada também ajudaram a fazer. Depois não sei o que deu, que saíram de lá, e o meu pai nos levou para Blumenau. Saímos de Russenbach, moramos lá em Blumenau, na Velha, uns três meses. E meu pai saiu de novo, foi procurar serviço pra ganhar alguma coisinha e porque a miséria era grande. Aí ele foi para Florianópolis, lá no Carlos Hoepke, onde trabalhou no armazém. E lá ele achou um jornal onde estava escrito que o Carlos Renaux procurava tecelões. E como ele era tecelão, ele e o meu irmão mais velho, o Henrique, e a minha mãe também trabalhava na Europa, pegou o jornal, foi lá no Carlos Hoepke, que já deu uma carta pra ele, e no dia seguinte já foi para Brusque. O Hoepke disse: “Voce só entrega a carta para o Renaux, mas não precisa dizer nada”. Quando chegou aqui no Renaux ele entregou a carta e o Renaux então disse: “Pode começar amanhã”. E meu pai respondeu: “Vou primeiro a Blumenau buscar o meu filho que trabalha de tecelão”. O Renaux respondeu: “É melhor ainda, mas na segunda-feira vem trabalhar”. E a família mudou para Brusque.”

Dois anos após sua chegada a Russenbach, os Haake terminaram sua curta experiência como colonos para retomar sua profissão de tecelões, como aconteceu com tantos outros imigrantes procedentes da mesma região polonesa de Lodz.

IV

A experiência de Carlos Haake como operário da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, desde os 13 anos de idade (começou a trabalhar lá no início do século, embora não soubesse precisar a data certa), fornece alguns dados interessantes sobre os primeiros anos da indústria têxtil em Brusque. São informações esparsas, sem ordem cronológica, mas algumas delas completam um quadro que já é bastante conhecido.

O depoimento põe em evidência, sobretudo, os problemas de ordem técnica. Os primeiros teares usados na Fábrica Renaux eram de madeira, e foram montados sob orientação do sr. Kreibich, o primeiro mestre de tecelagem da empresa (juntamente com seu sobrinho, Franz Erbe). O conhecimento técnico dos imigrantes de Lodz (Kreibich era um deles) permitiu tocar para a frente o projeto da fábrica de tecidos. Os primeiros teares de madeira foram depois substituídos por teares importados da Inglaterra:

“Os teares de metal o Renaux comprou na Inglaterra. Teares que não eram elétricos, eram com força mas não elétricos. Só com a

força da água, era roda de água porque não tinha eletricidade. A roda de água era igual à roda de uma atafona, uma roda bem grande, por onde corria a água. Ficava na Pomerânia. E depois nunca deu certo, porque algumas vezes a água vinha mais ligeiro, outras vezes mais devagar, nunca trabalhava certo. Então o Renaux comprou uma turbina. Aí melhorou porque a turbina, quando vinha água demais, ela fechava e também abria quando faltava água, quando era mais devagar. Depois da turbina veio aquela máquina de vapor; aí trabalhavam com vapor e água, tudo junto. Um ajuda o outro. Só em 1912 é que veio a força elétrica, com o João Bauer. É, em 1912 ou 13 a força veio. Porque quando foi a primeira força que botaram na fábrica todo o mundo correu pra cidade, quando veio a luz...

Outras informações de Haake mostram uma situação característica do início do processo de industrialização em outros países, e que se repetiu em Brusque: o trabalho a domicílio e a inexistência de salário mensal fixo para os operários. Do trabalho a domicílio há pelo menos uma evidência:

“O Tietzmann também trabalhava em tear de madeira, mas ia por conta própria. Ele trabalhava pro Renaux primeiro, mas em casa. Ele tinha um tear de madeira em casa. Ele trabalhava em casa pro Renaux; ele foi buscar os fios e o material, tudo o que ele precisava no Renaux, e trazia de volta o tecido para ele. Levou o tecido pronto pro Renaux. Além do Tietzmann acho que não tinha mais ninguém que trabalhava em casa pro Renaux... Só se era ali onde trabalhava o Jankowski e o Valendowski. Tinha o Tietzmann, outro eu não sei se tinha... O Tietzmann pegava o fio e fazia o tecido, depois entregava pro Renaux. Não vendia o tecido, levava para ele. Não ganhava pago por mês. Ganhava a quantia por peça, as peças sempre tinham quarenta e cinco metros e ele ganhava uma quantia paga para fazer, igual como nós também, na fábrica. Nós também ganhava por peça”.

A situação lembra um pouco o que ocorre hoje com a produção artesanal de tapetes feitos com resíduos têxteis, tão comum em Brusque. O comerciante de tapetes entrega os resíduos aos tecelões e depois compra a produção de cada família pagando por unidade. É claro que no caso da Fábrica Renaux essa foi uma situação temporária, que o crescimento da empresa superou mais tarde. E não há muitas informações que indicam ter sido comum essa “tecelagem a domicílio”. Quanto à inexistência de salários para os tecelões, certamente o pagamento por peça tecida era vantajoso para o capitalista, sendo permitido pela legislação da época. Podemos lembrar que o salário mínimo é uma instituição bem posterior à época aqui focalizada.

Carlos Renaux era um comerciante e administrador bem sucedido, que tentava obter sucesso numa atividade industrial da qual não tinha experiência. Precisava, assim, dos técnicos para que seu empreendimento desse resultados. A experiência técnica veio com os imigrantes de Lodz, que ensinaram colonos a serem tecelões:

“Eles precisavam aprender, os colonos, não podiam chegar já trabalhando direito; o mestre foi o primeiro que ensinou. Os primeiros mestres que ensinaram os colonos foram o Kreibich e o Franz Erbe. Depois veio o Schlösser e os outros”.

Mas as dificuldades não se limitavam aos problemas técnicos. Havia outras, entre as quais Haake se lembra da questão dos fios, que só foi resolvida quando Renaux instalou sua própria fiação.

“O fio era comprado a maior parte na Inglaterra, naquele tempo. A maior parte era fio ruim; ou era queimado de cloro ou era colado. O vermelho estava sempre colado, era uma coisa ruim, muito mal. O fio só melhorou quando o Renaux tinha fiação própria; ali melhorou, porque primeiro era muito queimado, o branco era queimado de cloro e o preto tinha cheiro forte.”

V

A família Haake se estabeleceu definitivamente em Brusque, os filhos seguindo a mesma profissão que os pais exerciam na Europa. O ciclo se fecha quase da mesma forma como começou, uma carta mandando dinheiro e instruções para a vinda de um amigo da família que ficara na Polônia:

“O Guilherme Hartke, quantas cartas ele escreveu pra nós aqui no Brasil; ele não veio com nós. E lá a miséria era muita, havia fome até. Recebemos cartas que o Hartke escreveu pra nós, para mim e meus dois irmãos, o Júlio e o Henrique. Então nós três juntamos e resolvemos mandar dinheiro por carta pra ele vir. Então nós pagamos aqui no Renaux, não sei mais quanto era, e o Renaux mandou a carta pra ele, e ele também veio pra cá. Ao cabo de três meses já estava aqui, depois que nós tinha mandado a carta para ele.”

MEMÓRIA:

“Brusque no Centenário de Emancipação Política”

Maria do Carmo R. K. Goulart

Até 1830, toda a economia nacional se baseava no tráfico de escravos. Nesse ano, conforme o tratado anglo-brasileiro de 1826, tal comércio precisava ser extinto e o fim da importação de mão-de-obra escravagista era uma ameaça à agricultura.

Embora a extinção legal desse comércio sob a bandeira brasileira já estivesse ocorrendo, é certo que nesta época muitos navios estrangeiros, franceses e norte-americanos, procedentes da costa da África, fundeavam nos nossos portos promovendo a venda do elemento negro.

Houve parlamentares que se interessaram pelo problema e como sugestão, apresentaram propostas e projetos que visavam, entre outras coisas, minorar as penas impostas aos cativos pela lei vigente (o Padre Diogo Feijó, da Regência Una, foi o autor de uma das idéias). Mas 1830 chegou ao fim e sem nenhuma solução para o problema maior que tramitava no Império.

Conseguir imigrantes, à estas alturas dos acontecimentos, estava difícil e como difícil também estava conseguir trabalhadores brancos que, lado-a-lado com os escravos, desenvolvessem suas funções de lavrar as terras. Além do mais, a longa travessia pelo Atlântico desencorajava e a terra selvagem falava por si, deixando à mostra o penoso trabalho a ser enfrentado, com a mata virgem por derrubar e o isolamento a que os colonos ficavam confinados devido às distâncias entre as colônias (é fato sabido que as Colônias de Blumenau e Brusque, apesar de próximas, não se comunicavam ou o faziam raramente).

A partir de 1812 algumas colônias foram fundadas em diversas províncias (Espírito Santo, Bahia, Rio) com relativo sucesso, e 1824 marca o início da colonização de São Leopoldo, no Rio Grande, com grande sucesso. Seus povoadores? Alemães! A colônia prosperava (pouco tempo após sua fundação contava cerca de 6.000 habitantes) e o governo se animou.

Porém certas diretrizes estabelecidas na vinda dos imigrantes não ficaram muito bem definidas e ocorreram transtornos, tendo como conseqüência uma estagnação no processo de imigração (diversos estadistas, acostumados ao trabalho escravo, não aceitavam o trabalho livre do europeu e obrigavam o imigrante a duras penas, embora para cá tivessem vindo com outras promessas).

1818. Os anos foram passando; os problemas com escravos cada vez iam aumentando e o governo pensa novamente na imigração, como havia sido desenvolvida a partir de 1812, imigração assen-

tada em colônias, com um trabalho desenvolvido como o de uma fazenda: todos agindo como um todo. Começaram a vir as primeiras levadas e o trabalho manual do imigrante passou a ser considerado, passou a ser respeitado, com as colônias se firmando e se desenvolvendo.

Sociedades de colonização para tratar do assunto foram aparecendo e (...) "cuidou-se igualmente, sob as mesmas bases do regime colonial, isto é, de favores especiais na aquisição de terras e auxílios nos primeiros tempos para a sua subsistência, além de completa isenção tributária, de situar elementos nacionais, já em colônias próprias" (...) (1).

Novos centros foram estabelecidos e 1860 é tomado como um ano-marco porque se destaca na história da colonização com a instalação de três núcleos coloniais: Teresópolis, Angelina e Itajahy (depois BRUSQUE). Este último, criado pelo Aviso Imperial de 18.11.1859, a 4 de agosto de 1860 (...) "plantava o marco inicial de sua vida, com o desembarque dos seus primeiros colonos às margens do Itajai-mirim, onde havia sido destinada a área de quatro léguas quadradas para o seu estabelecimento" (2).

Eram 10 os primeiros colonos alemães chegados com suas famílias, após fatigante viagem de seis dias a subir o rio, em pequenas embarcações, desde a barra até o local de descida. O dito local, conhecido como Vicente Só, onde hoje existe uma praça com o mesmo nome, é lembrado no primeiro verso do Hino do Centenário de Brusque:

"Foi aqui neste vale tranqüilo
entre montes e rio escondido
que há cem anos atrás um pújilo
de imigrantes surgiu destemido"³.

Nascia a Colônia, estabelecida num "terreno na margem esquerda do rio Itajai-mirim, fronteiro ao lugar chamado Vicente Só, na margem esquerda do mesmo rio (...) por ser o único apropriado a um egresso fluvial, onde, de fato esta Sede foi estabelecida (4), teve o nome inicial de Colônia "ITAJAHY".

Dos primeiros colonos alemães aqui chegados, sete provinham da Prússia, um de Hessen (Darmstadt) e de dois não existe anotação de origem. Oito vieram acompanhados da esposa (um era viúvo) e filhos (38 ao todo), um veio só, deixando a família de 4 pessoas (esposa e filhos) no seu aguardo, em Petrópolis e, de quebra, veio um agregado com uma família. Um criança, menor de idade, filha de um dos colonos, faleceu antes do embarque. Assim, conforme o dr. Maximiliano von Schnéeburg, Diretor da Colônia, relatou ao dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque (homenageado na mudança do nome da Colônia da BRUSQUE). O Presidente da Província, somou a 59 os colonos relacionados e chegou a 54 os realmente aqui chegados.

Da 1ª. turma de colonos, eram estes os “chefes-de-família”:
Augusto Höfelmann - Daniel Walther - Frederico Ortmann -
Frederico Guilherme Neuhaus - Jacó Morsch - João Germano Boiting -
João José Scharfenberg - João Ostendarp - João Wilhelm - Luiz Rich-
ter.

Ainda em 1860 veio a segunda leva de colonos, num total de 132 (aqui chegados dia 19/8); a terceira (com 184 pessoas), e a quarta (menor de todas), com 31 pessoas.

Em fins de 1860 a população da Colônia era de 406 pessoas. Em fevereiro de 1861, seis meses após a chegada dos primeiros colonos, a população da Colônia era de 657 pessoas; em 1863, 938 pessoas habitavam a Colônia em desenvolvimento.

Com subvenção do governo, as riquezas naturais foram sendo aproveitadas e as árvores proporcionaram a madeira para as próprias casas.

Pela Lei nº 693, de 31/7/1874, o então Presidente da Província Pedro Afonso Ferreira desmembrava colônias anexadas da freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajahy, formando-se a Freguesia de São Luís Gonzaga. (A 15 de fevereiro de 1867 foi instalada a Colônia Príncipe Dom Pedro, cuja sede localizava-se na confluência do ribeirão das Águas Claras com o rio Itajaí-mirim, com colonos irlandeses, vindos dos Estados Unidos, e franceses e poloneses, sem, contudo, apresentar um resultado satisfatório, pois os que vieram não eram chegados à lavoura — a precisão do momento, o que contribuiu para o fracasso da Colônia).

O dr. Luiz Betim Paes Gomes foi nomeado para o cargo de diretor da Província e deu novo impulso a ela. Durante sua gestão chegaram os primeiros imigrantes italianos, cuja vinda desordenada quase destruturou a colônia (o decreto nº 5.663, de 17/6/1874 — conhecido por Contrato Caetano Pinto, autorizava o ingresso de 100.000 imigrantes europeus no Brasil e como os agentes da Europa recebiam por colono, providenciavam sua remoção em massa e às pressas, muitas vezes para colônias já formadas por colonizadores alemães, desarmando uma administração não tão preparada em termos financeiros).

Outras levadas vieram, sempre com as despesas de alimentação e instalação sendo pagas pelo governo que, em 1876 tinha à frente de sua administração o dr. Alfredo d'Escagnole Taunay, o qual visitou Brusque. Segundo dados estatísticos (ver nota 5), Brusque contava neste ano com uma população de 8.110 habitantes.

Os anos passavam e a história já registrava no tempo os nomes daqueles homens que com seu esforço trabalhavam a terra, davam duro. Bandeirantes, enfim! Pois nem sequer dá para imaginar uma cena dessas, tão longe estamos de uma realidade histórica: colonos embarcando seus familiares e pertences numa lingüinqua Itália ou Alemanha, atravessando o oceano em penosas viagens, aqui chegando

cansados e, sem conforto, tomarem lugares numa embarcação, subir o rio, desembarcando num ponto determinado perto da mata e agora iniciando vida nova...

Gente destemida, gente corajosa, visto que a maior parte trazia crianças e só Deus sabe o que não passaram...

Fico imaginando como seria, hoje, uma subida pelo rio Itajaí-mirim e penso que, a par da natureza bela e do verde-que-te-queroverde exuberante da nossa floresta, os colonos devem ter passado seus maus bocados, sem saber o que os aguardava ou aguardando o que não sabiam.

E a eles rendo minha homenagem neste 23 de março de 1981, data que assinala a elevação à categoria de Município a freguesia de São Luiz Gonzaga das colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro, conforme a Lei nº 920, de 23 de março de 1881:

“O Dr. João Rodrigues Chaves, Juiz de Direito e Presidente da Província de Santa Catharina.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º — Fica elevada à cathegoria de município a Freguezia de São Luiz Gonzaga das colonias Itajahy e Príncipe D. Pedro, com a mesma denominação.

§ 1º — A séde do dito município será a da referida Freguezia, que fica tambem elevada à Villa, e com denominação de — Villa de S. Luiz —.

§ 2º — Os limites do novo município serão os mesmos da Freguezia de S. Luiz.

Art. 2º — Logo que os moradores tenham preparado casa em que deva funcionar a Camara Municipal, serão instalados o novo município e dita villa, devendo a camara reger-se pelo código de posturas do município de Itajahy, até que organise o código pelo qual deve reger-se depois de approvedo pela Assembleia Provincial.

Art. 3º — O novo município fará parte da comarca de Itajahy.

Art 4º — Ficam creados no dito município os seguintes officios reunidos em um: — de tabellião do publico judicial e notas, escrivão do civil e commercial, do jury e execuções criminaes, capellas e residuos, de orphãos e ausentes.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta provincia a faça imprimir publicar e correr.

Dada no palacio da Presidencia da Provincia de Santa Catharina, aos vinte e tres dias do mez de Março de mil oitocentos e oitenta e um, sexagesimo da independencia e do Imperio. (L.doS.)

João Rodrigues Chaves”.

Carta de lei pela qual V. Exa. manda executar o decreto d'Assembleia Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, elevando a cathogoria de municipio a Freguezia de S. Luis Gonzaga das colonias Itajahy e Principe D. Pedro, como acima se declara.

Para V. Exa. vêr.

Horacio Nunes Pires, a fêz.

Nesta secretaria da Presidencia da Provincia de Santa Catharina foi sellada e publicada a presente lei, aos 23 dias do mez de Março de 1881. — O Secretario interino, Julio Caetano Pereira (6).

A vocês, colonos alemães e italianos, dos quais também descendo numa 5^a. geração dos KRIEGER (Karl Krieger, de Oldenburg, em 1881 veio para o Brasil precisamente para Brusque, cuja colonização mal se iniciara. (7). Seu segundo filho Jakob Carl, também nascido na Alemanha é pai de Gustav Philipp — mais conhecido como Gustavo Krieger, casado com Adelaide Diegoli — imigrante italiana, e pais de Oscar, que é meu pai), com toda consideração, escrevi esta MEMÓRIA. Salve Brusque imortal!

Maria do Carmo Ramos Krieger Goulart

janeiro/81.

*

Referências:

- 1 — Oswaldo Rodrigues Cabral
“Brusque” — S.A.B. — 1958, p. 5.
- 2 — O. R. Cabral
op. cit. p. 6.
- 3 — Hino do Centenário de Brusque, letra de E. M. Tavares e música de Aldo Krieger.
- 4 — Conforme documentos originaes de 29/4/1863, fazendo o histórico das terras pretendidas por Matias Wagner, assinado pelo Barão de Schnéeburg.
In O.R. Cabral, op. cit. p. 6.
- 5 — 1º Centenário da Colonização Italiana
Ayres Gevaerd, ed. especial do jornal “O Município”, 25/7/1975 — Brusque.
- 6 — Colleção das lei da Provincia de Santa Catharina do ano de 1881, — Rio de Janeiro.
- 7 — Dados biográficos dos Krieger.
Oscar Gustavo Krieger
In Gustavo Krieger — edição comemorativa no centenário de nascimento.
Brusque - Janeiro de 1978.

Emancipação Administrativa da Ex-Colônia BRUSQUE

Aloisius Carlos Lauth

1. OBJETIVO DESTE TRABALHO

É difícil recompor a história de Brusque depois do período colonial. Mais difícil ainda, interpretar os escassos dados de “períodos obscuros” de sua política. 1880 é um ano obscuro e deve justificar as decisões do Governo Imperial e/ou Provincial do ano seguinte. Nesse período é emancipada a Colônia Itajaí-Brusque e a Colônia Blumenau. Emancipação talvez não seja o termo correto pois o que aconteceu foi apenas a formação terrível da Vila e a implantação de uma Câmara, com elementos do lugar, ao invés de continuarem a existir Diretores de Colônia. A história posterior registra ainda a dependência externa da Vila, mas diferenças há entre as duas formas.

A instalação da Câmara deu-se 2 anos após. E nos parece que esta, sim, significou alguma alteração administrativa para a região. A Câmara passou a congregar pessoas com capacidade de decisão, baseada no sistema de posse. A política local nasce então, da estrutura econômica e passa a representar os interesses da comunidade. Pois, o Presidente da Câmara tinha nas mãos a orientação do Município, assumindo nas condições de Superintendente.

Temos a impressão também que a Comarca, advinda 10 anos após, configurava maior importância porquanto o orçamento da Província está retratado por Comarca.

Foi com este espírito — descobrir informações — que atendemos ao pedido do amigo historiador, Sr. Ayres Gevaerd, de comemorarmos o Centenário do Município. Trabalho paciente, empoeirado nos livros que pouco dizem, acabamos reconhecendo a incorreção dos dados transcritos até então e a pouca análise do seu significado.

Muitas dúvidas apareceram. Algumas permanecem e gostaríamos de expô-las:

1. Por que a Colônia foi emancipada? Desconhecemos as razões do legislador no Decreto nº 8455. Veja Cabral, 1960, onde fala da inoportunidade de se emancipar a Colônia.

2. Por que o Diretor Pantoja permaneceu após a emancipação? Faltam dados que confirmem a ausência de um novo homem para a Vila, no período de recuperação da enchente anterior. Sugerimos que sua permanência se deu em virtude da “enchente grande” para reorganizar a Colônia.

3. — Qual a extensão dos prejuízos da enchente de setembro de 1880 e seu significado para a implantação da Câmara Municipal.

Paul Hering (Memórias, Anotações, Aventuras", 1980) atendia ao pedido do Ecônomo Wilhelm Gross de pintar o teatro do Schützen-Verein quando começou a chover e teve de refugiar-se por dias na Cervejaria do Klappoth. "Durou anos para recuperar o que em poucas horas fora destruído".

2. FATOS

Queremos mostrar a evolução do atual Município através da legislação emanada:

2.1. Criação do Município de Itajaí (ex-Colônia do Santíssimo Sacramento), abrangendo toda a região do Vale do Itajaí-Mirim, apesar da indefinição dos limites, pela Lei nº 464 de 4 de abril de 1859.

2.2. Autorização de fundação de uma Colônia na margem esquerda do Rio Itajaí-Mirim pelo "Aviso Imperial de 18 de junho de 1860".

2.3. Fundação da Colônia Brusque, no médio Vale do Rio Itajaí-Mirim, dotada de 4 léguas quadradas, limítrofe da ex-Colônia do Santíssimo Sacramento, a 4 de agosto de 1860, sob a direção do Barão von Schnéeburg.

2.4. Decreto Imperial de 19 de janeiro de 1866 de criação da Colônia Príncipe D. Pedro, na confluência do Ribeirão Águas Claras com o Rio Itajaí-Mirim: Instalação a 15 de fevereiro de 1867, sob a direção de Barzillar Cottle.

2.5. Criação da Capelinha e nomeação do Pe. Alberto Gattone para Cura daquelas recém Colônias, pela Portaria Imperial de 16 de abril de 1867.

Nesta época, a colônia de Schnéeburg é chamada de Colônia Itajaí-Brusque.

2.6. Unificação das Diretorias da Colônia Itajaí-Brusque e Príncipe D. Pedro, por má administração pública e abandono de lotes coloniais, através do "Aviso do Ministério da Agricultura" de 6 de dezembro de 1869.

2.7. Criação no Município de Brusque da nova Freguesia com a denominação de São Luis, em homenagem ao Diretor Dr. Betim Paes Leme, pela Lei nº 693 de 31 de julho de 1873:

"Pedro Alfonso Ferreira, Presidente da Província de Santa Catharina.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu sancionei a Resolução seguinte:

Art. 1º — Os Districtos das Colonias Itajahy e Príncipe D. Pedro ficam desmembrados da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajahy para formarem uma nova Freguesia com a denominação de São Luis, a qual é criada precedendo licença do Ordinário, na fórma da Constituição do Bispado.

Art. 2º — Os limites da nova Freguezia serão os mesmos dos atuais districtos coloniais.

Art. 3º — Ficam revogadas as disposições em contrário.
Mando etc., etc.
Registrada na Secretaria do Governo da Província, na mesma data, pelo 1º Oficial Joaquim Firmo de Oliveira.”

2.8. Os limites da Freguesia de São Luis pela Lei nº 693 de 31 de julho de 1873 “são os mesmos dos atuais distritos coloniais” — praxe administrativa observada pela Repartição de Terras e Colonização do Estado. Entretanto, nenhum anterior fora afixado. Por isso, a Lei nº 865 de 20 de fevereiro de 1880 estabelece os limites da Freguesia de São Luis.

“O Bacharel Antonio de Almeida Oliveira, Presidente da Província de Santa Catharina

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Art. 1º — Os limites da freguesia de S. Luis Gonzaga das Colonias Itajaí e Príncipe D. Pedro são: pelo Leste o ribeirão da Limeira e seus afluentes na margem direita do Rio Itajahy-Mirim, e na margem esquerda o ribeirão Limeira e seus afluentes, e ao Oeste, o rio Itajahy-Mirim e seus afluentes até os terrenos devolutos ora existentes

Art. 2º — As disposições da presente lei, só terão vigor, depois de obtida a aprovação do Diocesano na parte eclesiástica.

Art. 3º — Ficam revogadas todas as disposições em contrário.
Mando etc., etc.

Selada e publicada na Secretaria da Província pelo secretário Julio Caetano Pereira”.

2.9. A Lei nº 867 de 20 de fevereiro de 1880, mesma data, estabelece os limites entre Santissimo Sacramento e São Luis.

“O Bacharel Antonio de Almeida Oliveira, Presidente da Província de Santa Catharina.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Art. 1º — Os limites entre as freguesias do Santissimo Sacramento e a de S. Luis Gonzaga, serão: ao Oeste, o ribeirão do Brilhante e seus afluentes e pela margem esquerda até a divisa das águas do rio Itajahy-Mirim, e do ribeirão da Limeira e seus afluentes.

Art. 2º — Obtida a aprovação do Diocesano na parte eclesiástica, será a presente lei executada.

Art. 3º — Ficam revogadas todas as disposições em contrário.
Mando, etc. etc.”

2.10. A indefinição das terras leva à Lei nº 890 de 24 de março de 1880 para estabelecimento dos limites da Freguesia do Santissimo Sacramento.

“O Bacharel Antonio de Almeida Oliveira, Presidente de Santa Catharina.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Art. 1º — Os limites da Freguesia do Santíssimo Sacramento da cidade do Itajahy são:

A LESTE, o Oceano,

A OESTE, com a freguesia de S. Pedro Apóstolo do Gaspar, são: as vertentes do Ribeirão do Arraial, com a freguesia de S. Luis Gonzaga e a Sesmaria do Flores e vertentes do Limoeiro.

AO NORTE, com a freguesia da Penha d'Itapocoroy e a Ponte do Gravatá até a foz do Ribeirão do Peixe, e deste ponto a rumo de Sudoeste até encontrar as vertentes do Ribeirão do Arraial.

AO SUL, com a freguesia de Camboriu e a margem do norte e foz do Ribeirão da praia brava, rumo do Sudoeste, até encontrar vertentes da Limeira.

Art. 2º — As disposições da presente Lei só terão vigor obtida pelo Presidente da Província, e aprovação do Diocesano: revogam-se as disposições em contrário.

Mando, etc. etc.”

2.11. Maior clareza das marcas são afixadas agora pela Lei nº 917 de 15 de março de 1881, estabelecendo os limites da Freguesia do Santíssimo Sacramento.

“O Doutor João Rodrigues Chaves, Juiz do Direito e Presidente da Província de Santa Catarina.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Art. 1º — Os limites da freguesia do Santíssimo Sacramento da cidade de Itajahy serão os seguintes:

Ao Norte — O rio Gravatá, partindo daí para o ocidente, até encontrar a foz do rio do Peixe, afluente do rio Luiz Alves.

Ao Sul — O ribeirão da Praia Brava, partindo daí para o ocidente, até o ribeirão Limeira afluente do Itajahy-Mirim.

A Leste — O Oceano.

A Oeste — A linha que, partindo da foz do rio do Peixe, vai encontrar a foz do Ribeirão da Ilhota ou das Minas (afluentes do rio Itajahy-Assú) e daí até encontrar o Ribeirão da Limeira.

Art. 2º — As disposições da presente Lei na parte eclesiástica, só poderão ter vigor obtida a aprovação do Diocesano, revogadas as disposições em contrário.

Mando, etc. etc.”

2.12. Decreto nº 8455 de 12 de março de 1881 do Governo Imperial, emancipa as Colônias Itajaí-Brusque e Príncipe D. Pedro.

2.13. Lei nº 920 de 23 de março de 1881 ELEVA A FREGUESIA DE SÃO LUIS GONZAGA à CATEGORIA DE MUNICÍPIO. Consta de 5 artigos e sua redação se encontra no artigo de Maria do Carmo Krieger Goulart, nesta edição, p. 20 - 21.

2.14. Instalação da Câmara de São Luis Gonzaga foi instalada (em Brusque) a 8 de julho de 1883, pelo advogado Luiz Fortunato Mendes e Francisco da Silveira, respectivamente Presidente e Secretário da Câmara de Itajaí.

2.15. Pelo Decreto Federal de nº 9.886, de 7 de março de 1883, foi criado o Distrito de Paz da Sede do município, o qual foi instalado a 12 de outubro daquele ano.

2.16. Resolução de 17 de janeiro de 1980 que altera o nome da Vila: "O Governador do Estado, considerando que a Vila de São Luis Gonzaga, conquanto tenha este nome oficialmente, é mais conhecida por Brusque, não só neste Estado como fora dele; que a sua criação é devida a um distinto brasileiro, cujo nome deve ser lembrado pelos serviços que prestou como Presidente desta Província,

RESOLVE,

autorizado, pelo Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1839, mudar o nome da Vila de São Luiz Gonzaga para Vila de Brusque. Cumpra-se. Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina, 17 de janeiro de 1980.

(as) Lauro Severino Müller"

2.17. A Comarca de Brusque foi criada pela Lei nº 16 de 31 de novembro de 1891, do então Presidente da Província, Coronel Gustavo Richard.

2.18. Lei nº 36 de 8 de agosto de 1892 cria o Município de Nova Trento, até então distrito de Brusque, povoado por tirolezes, polacos e húngaros.

"Eleva á cathegoria de Município e districto de Nova Trento

O Tenente Manoel Joaquim Machado, Presidente do Estado de Santa Catharina:

Faço saber que o Povo Catharinense por seus representantes, Decreta e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica elevado á cathegoria de Município o distrito de Nova Trento.

Art. 2º Os seus limites são: ao Norte, a divisão das aguas entre os kilometros 12 e 13 da estrada da Brusque, ao Sul, a divisão das aguas entre os rios Tijucas e Braço, a Este, a divisão do quadro da ex colonia Itajahy, Principe D. Pedro, a Oeste, terrenos devolutos.

Art. 3º Fica elevada á villa a séde da colonia Nova Trento.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento o execução da referida Resolução pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contém.

O secretario deste Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Santa Catharina, aos oito dias do mez de Agosto de 1890, 4. da Republica.

(L. S.) Tenente Manoel Joaquim Machado.

N'esta secretaria da Presidencia do Estado de Santa Catharina, foi sellada e publicada a presente Resolução, aos oito dias do mez de Agosto de 1892. — O secretario interino, Julio Caetano Pereira."

Nota: Ortografia original.

2.19. Distritos:

Nilo Peçanha — criação: Decreto Estadual nº 216, de 3 de julho de 1935

— Vila: Decreto Estadual nº 86, de 31 de março de 1938

Porto Franco — criação: Decreto Municipal nº 26, de 8 de fevereiro de 1925

— Vila: Decreto Estadual nº 86, de 31 de março de 1938

Vidal Ramos — criação com o nome de Santa Luzia: Lei Municipal nº 4, de 15 de julho de 1928

— alteração do nome para Adolfo Konder: Lei Municipal nº 8, de 21 de novembro de 1928

— alteração para Vidal Ramos: Decreto Estadual nº 16, de 29 de novembro de 1930

— Vila: Decreto Estadual nº 86, de 31 de março de 1938.

2.20. A sede da Vila de Brusque recebe a dignidade de Cidade pela Lei nº 1.123, de 23 de novembro de 1916.

3. MOTIVOS DA EMANCIPAÇÃO

3.1. Partindo das administrações realizadas, podemos dizer que a Colônia dependia integralmente do Governo Provincial. Há um centralismo e dirigismo nas decisões. Schnéeburg e Paes Leme realizaram boas direções enquanto que os últimos Diretores causaram transtornos à vida local. E os curtos períodos das direções revela a preocupação da Província pela Colônia. Seria um peso a menos decidir emancipá-la.

A Relação dos Diretores da Colônia foi organizada pelo Sr. Ayres Gevaerd e se encontra nesta edição, p. 2 - 10.

3.2. Partindo da população da Colônia, acreditamos que a imigração tornou-se desordenada a partir de 1875. O número de imigrantes entrados justificava a emancipação apesar deste efetivo não permanecer na Colônia. Entretanto, o Governo Provincial tinha consciência de que os que ficavam dependiam financeiramente dele.

QUADRO COMPARATIVO DA POPULAÇÃO NA EX-COLÔNIA

1860 — 650 habitantes; 1861 — 727 habitantes; 1862 — 834 habitantes; 1863 — 938 habitantes; 1864 — 1.121 habitantes; 1865 — 1.227 habitantes; 1866 — 1.448 habitantes; 1868 — 1.517 habitantes; 1869 — 1.673 habitantes; 1870 — 1.728 habitantes; 1871 — 1.947 habitantes; 1872 — 2.166 habitantes; 1873 — 2.505 habitantes; 1874 (janeiro) — 2.891: 2.417 alemães - 417 brasileiros - 57 outros; 1875 — 4.568 habitantes; 1877 (maio) — 8.110 habitantes, (setembro) — 11.089 (êxodo de 1.813); 1885 — 8.694: 4.095 brasileiros e naturalizados, 3.195 italianos, 896 alemães, 443 austríacos, 65 diversos; 1888 — 10.331; 1892 — 8.094 (excluindo Nova Trento); 1900 — 9.124, 14.929 (incluindo Nova Trento); 1917 — 11.736 (calculado) — 5.100 teutes, 4.386 italianos, 2.040 lusos, 210 eslavos.

ria das águas do ribeirão do Mueller e o da Limeira até o travessão geral das terras da margem direita do Itajaí-Mirim e por esse travessão até a margem citada desse rio”.

A Colônia se inicia com 4 léguas quadradas. A esta se acrescentam novos territórios. Vejamos as parcelas:

1. Iº Território, margem esquerda do Rio-Mirim, com 37.500 braças quadradas (1860).

2. Acréscimo de 1862, 1.500.000 braças quadradas, entre as linhas secas da Colônia e o Rio Itajaí-Mirim.

3. IIº Território, margem direita do Rio Itajaí-Mirim sobre o ribeirão da Limeira (1864)

4. Território da antiga Colônia Príncipe D. Pedro, tendo então 4 linhas coloniais. Total do território avaliado: 40.000.000 braças quadradas.

5. Acréscimo da região em direção do Alferes (Nova Trento), em 1870.

Por ocasião do 2º Congresso das Municipalidades, o então Prefeito Rodolfo Victor Tietzmann, apresentou a seguinte exposição que transcrevemos:

“Exmos. Srs. Presidente e demais Membros da 3ª Comissão junto ao Congresso das Municipalidades.

Rodolpho Victor Tietzmann, Prefeito Provisorio do Municipio de Brusque, com o intuito de que fiquem, clara e definitivamente, assentados os limites entre o municipio de Brusque e o de Itajahy, em respeitosa e presente à digna Comissão o seguinte “memorandum”:

— Desde os primordios da colonização do vale do Itajahy-Mirim, toda a extensão de terras deste vale fez parte do municipio de Itajahy, sob a denominação de “Colônia Itajahy e Príncipe D. Pedro”. Vejam a Lei nº 920 de 23 de março de 1881.

Acontece, porém, que todo este vale era antes de 1881 topographicamente desconhecido, e sendo assim, as linhas entre as então Freguesias do Santíssimo Sacramento da Cidade de Itajahy e a de São Luis Gonzaga, hoje Brusque, também não podiam ser precisamente fixadas.

Foi assim que, por força da Lei nº 867 de 20 de fevereiro de 1880, ficou determinado o limite entre as duas Freguesias citadas, da seguinte forma: —

Os limites entre as Freguesias do Santíssimo Sacramento da Cidade do Itajahy e a de São Luis Gonzaga serão: Ao Oeste — o Ribeirão do Brilhante e seus afluentes e pela margem esquerda até as divisas das águas do rio Itajahy-Mirim e do Ribeirão de Limeira e seus afluentes.

Como se vê o dispositivo de lei é vago e imperfeito, porque, entre o Ribeirão Brilhante e o Ribeirão Limeira nota-se hoje uma grande distância. Mas, no entanto, vê-se deste dispositivo que, já naquela

época o legislador determinou o limite entre as duas Freguesias A DIVISÓRIA DAS ÁGUAS ENTRE OS RIBEIRÕES BRILHANTE E LIMEIRA.

Mais tarde, vendo-se que da margem esquerda do Rio Itajahy-Mirim os limites entre as freguesias já citadas não eram bem claros, foi sancionada da Lei nº 890 de 24 de março de 1880, marcando os limites destas Freguesias do modo seguinte: —

O limite da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Itajahy são: A Leste, o Oceano; ao Oeste, com a Freguesia de S. Pedro Apóstolo do Gaspar são: as vertentes do Ribeirão do Arraial, com: a Freguesia de São Luiz Gonzaga e a Sesmaria do Flores e vertentes do Limoeiro.

Com a Lei nº 917, de 15 de março de 1881, foi retificado o limite entre as duas Freguesias na margem esquerda do Rio Itajahy-Mirim do modo seguinte: —

O limite da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Itajahy é o seguinte: Ao Oeste — a linha, que partindo da foz do rio do Peixe, vae encontrar a foz do Ribeirão da Ilhota ou das Minas, (afluente do Rio Itajahy-Assu) e dahi até encontrar o Ribeirão da Limeira.

Foi com estes limites que a Lei nº 920 de 23 de março de 1881 elevou à categoria de Município a Freguesia de São Luis Gonzaga (das Colonias de Itajahy e Principe D. Pedro).

Tendo feito assim a exposição dos verdadeiros limites entre os municípios de Brusque e Itajahy, de acordo com os dados oficiais encontrados, pede o signatário da presente sejam estes limites respeitados entre os dois municípios, o que, aliás, já foi feito no último mapa do Estado organizado pelo Inspector das Estradas de Rodagem: — Limite entre Brusque e Itajahy — Na margem direita do Rio Itajahy-Mirim — A DIVISÓRIA DAS ÁGUAS ENTRE OS RIBEIRÕES BRILHANTE E LIMEIRA até a nascente do Ribeirão do Mueller, e por este até a sua foz”.

Encerramos aqui nosso trabalho. Acreditamos ter delineado a evolução de nosso Município. Quem sabe, no futuro, algum “historiador trapeiro” se utilize destas linhas para escrever a criação do Município de Brusque.

5. FONTES

1. “Monografia histórico-corográfica do Município de Brusque” (inédito) Lauro Mueller, 1941.
2. MATOS, Jacinto A. COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1917.
3. DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO BRASIL, Alfredo Moreira Pinto, 1894.
4. GRUBER, Otto. BRUSQUE, “Gazeta Brusquense”, 09.09.1916

5. GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Alberto Entres, 1940.
6. DICCIONARIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, José Boiteux, 1915.
7. Relatório e documentos das Administrações: 1860 — 1882. Originais manuscritos na Sociedade Amigos de Brusque.
8. CABRAL, Oswaldo R. BRUSQUE, Sociedade Amigos de Brusque, 1960.
9. Agradecimentos a Sueli Maria Vanzuita Petry, da Casa Dr. Elumenau.

Relatório dos preparativos e das festas comemorativas do primeiro Centenário de Brusque

(Conclusão)

Carinhosa recepção foi dispensada por um grupo de senhoras a anciãos de ambos os sexos, com mais de 75 anos de idade, reunidos no Clube de Caça e Tiro Araujo Brusque. Considerável número dessas respeitáveis pessoas reuniram-se em torno de mesas caprichosamente ornamentadas com flores, sendo-lhes servido café com leite e o tradicional "Kuchen". Essa reunião, iniciada às 15 horas, somente terminou às 19 horas. Existem flagrantes fotográficos.

As 21 horas a Sociedade Recreativa Guabirubense ofereceu aos seus associados e convidados um animado baile, em sua sede social Guabiruba.

Os Primeiros Jogos Abertos tiveram continuidade nos dias 8, 9, 10, 11. No dia 12 houve a solenidade de encerramento com um Congresso dos representantes de todos os municípios participantes, aclamação dos vencedores e entrega dos respectivos troféus. Em seguida realizou-se o Baile da Amizade, em ambiente cordialíssimo e de despedida das delegações.

No dia 8, à noite, o Teatro Amador de Brusque fez-se presente nas festas, apresentando, no palco do C.C.T. "Araújo Brusque", as peças "Feia" e "Até a vista, querida".

As 20 horas do dia 9 foi inaugurado o órgão da Igreja Evangélica, cuja cerimônia obedeceu a um programa previamente preparado.

No dia 10 os alunos do Conservatório de Música promoveram sob a direção do Prof. Aldo Krieger, uma audição, no salão do próprio Conservatório, completamente tomado.

O Rotary Club local, que se destacara nas comemorações promovendo nos dias 5, 6, e 7 de maio sua Assembléia Distrital dos clubes de Santa Catarina, realizou no dia 11 sessão solene, no horário

normal de suas reuniões. A palestra, que versou sobre a história dos brusquenses, foi feita por Ayres Gevaerd, tendo o governador do Distrito 465 feito a saudação a Brusque.

No mesmo dia 11, às 20 horas, realizou-se a segunda apresentação dos Conjuntos Vocais, que tanto sucesso alcançaram no Concerto do dia 5. Por ter sido na primeira audição traje de gala, esta teve cunho mais popular, com traje de passeio. O local foi o mesmo, como também o programa.

O Schützen Verein Brusque, hoje Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque, repetiu, parcialmente, os seus tradicionais festejos que, desde 1866, vinha realizando, festejos interrompidos durante a Segunda Guerra Mundial. Naturalmente, não se esperou mais o entusiasmo e vibração dos bons tempos, mas teve o mérito de agradar veteranos atiradores e os saudosistas. É verdade que as antigas festas eram realizadas pela Páscoa, anualmente, mas como o programa devia atender ao do centenário, escolheram-se os dias 13 e 14 de agosto. Nota especial foi dada com a presença da Banda Musical Tremmel, de São Bento do Sul, que abrilhantou a festa, inclusive o baile social. A concentração para o desfile verificou-se no Parque Olímpia, propriedade de Osvaldo Gleich, e no qual participaram, pela ordem: Banda Tremmel, Diretoria, atiradores e associados do veterano Clube, Associações esportivas locais, Sociedades de Tiro de Blumenau, "Bela Aliança" de Matador, de Itoupava Norte, de Rio do Sul, de Lontras e São Bento, e, encerrando, grande número de populares. Durante o percurso recebeu o cortejo as palmas da grande assistência. Organizou a diretoria do velho Clube bem feito programa social e esportivo tiro e bolão).

Os campeões das principais provas, tiro ao alvo em 100 e 50 metros, foram os seguintes, respectivamente: Individual: Orthvin Wehmudt, equipe Osvaldo Gleich, Arno Diegoli, Dr. Carlos Moritz e Otto Niebuhr. Oswaldo Gleich, 50 metros.

Também promoveu o Clube o XIVº Campeonato Estadual de tiro ao prato, realizado nos stands do Tiro de Guerra 170, no dia 21, sagrando-se campeão Ralph Otte.

Nos dias 14 e 15 de agosto abundantes chuvas caíram, prejudicando sensivelmente a tradicional festa de Azambuja, pois eram esperados grande número de peregrinos.

Considerando-se o interesse comercial, o Parque de diversões, as Exposições em geral e os preparativos em Azambuja, Brusque na realidade contava com pelo menos metade dos visitantes que aqui estiveram no dia 7. Infelizmente tal não aconteceu pelo motivo citado, mas, mesmo assim, cerca de 18.000 visitantes aqui estiveram.

A Gincana de lambretas marcada para o dia 14 foi cancelada devido ao mau tempo. Também, pelo fato de não ter chegado a bom termo com relação a negociações de ordem financeira, foi cancelado o Torneio de Campeões regionais de futebol de Santa Catarina.

No dia 15, à noite, já com bom tempo, foi possível realizar, pela segunda vez, o desfile dos Carros alegóricos. A maioria dos carros, principalmente os de mutação, foi possível adatar-se luz elétrica, cujo efeito foi realmente interessante, merecendo os aplausos da multidão que se aglomerava em toda extensão da Avenida Carlos Renaux, da Praça Barão Maximiliano de Schnéeburg e rua Ruy Barbosa.

Com a presença das delegações previamente registradas, realizou-se no dia 20 a abertura do 3º Campeonato Brasileiro de Xadrez por Equipes, simultaneamente com o 4º Campeonato Brasileiro Feminino de Xadrez, ambas competições oficializadas pela Confederação Brasileira de Xadrez.

É de justiça destacar a útil e indispensável colaboração do sr. Luiz Vianna (Porto Alegre) secundado pelo D.embargador Jorge Moogen da Rocha (Federação Rio Grandense de Xadrez). Antes do início das partidas, houve solene abertura das Competições, com a presença de autoridades, convidados e participantes das delegações. (Detalhes com anotações de todas as partidas, vencedores, flagrantes fotográficos, prospectos, registros, etc. acham-se no volume nº 16). No mesmo volume um recorte do jornal "Correio do Povo" de Porto Alegre, com amplo noticiário dos campeonatos, assinado por Luiz Vianna.

Antes do jantar de encerramento verificado no dia 26 com entrega dos prêmios aos vencedores, o Sr. Gotthard Pastor ofereceu em sua residência às delegações participantes e membros da Comissão Central e Sub Comissão de Esportes, um coquetel. O jornal "O Município" de nº 278 registra, em detalhes, esses dois campeonatos realizados no salão do C. C. Tiro Araujo Brusque.

Ainda no dia 20, pela manhã cedo, continuando durante todo o dia seguinte, realizou-se a Concentração da Juventude Adventista do Sétimo Dia, cujas reuniões e solenidades tiveram por local a sede da Sociedade de Caça e Tiro Ipiranga. Essa Concentração teve brilho especial pois contou com a presença de grande número de adeptos, inclusive vários Pastores, todos desejosos de conhecerem a Berço da Igreja Adventista no Brasil. Entre as personalidades, o Pastor Domingos Peixoto da Silva, secretário geral da referida Igreja no Brasil e membro da Comissão de Honra do Centenário. Formenores da concentração, inclusive histórico do início da Igreja no Brasil, acham-se inseridos no jornal O Município, número 279.

Marcada para a noite do dia 20 a apresentação da peça "Está la fora um inspetor", somente foi possível sua realização no dia 28, no palco do C. A. Carlos Renaux. Os atores, todos amadores, do Teatro Universitário de Santa Catarina, tiveram excelente interpretação.

Nos dias 27 e 28 de agosto, de conformidade com programação previamente feita, realizou-se a 5ª Concentração de Rádio amadores da 5ª região. 113 rádio-amadores, oriundas de 5 Estados do Brasil, se concentraram em nossa cidade, em esplêndida confraternização. Por motivo de força maior, foi cancelado do programa o desfile de alguns Carros alegóricos. (Detalhes e anotações diversas no volume nº 13 e noticiário no jornal O Município nº 280 de 3 de setembro).

Em setembro, nos dias 2, 3, 4, 6 e 7 realizaram-se as festas de aniversário do C. A. Carlos Renaux, ex - S. C. Brusquense, com parte social e esportiva aos cuidados de programação feita em combinação com o Grêmio da Primavera.

Nos dias 16 e 17 teve lugar a festa popular, já tradicional, do Grupo Escolar Alberto Torres e Ginásio Carlos Renaux, educandários da Comunidade Evangélica de Brusque, cuja renda reverte em seu benefício.

As Olimpíadas do SESI, anunciadas pela sua administração, evidentemente programadas, foram quase que totalmente suspensas. Apenas as representações dos municípios de Brusque, Blumenau e Rio do Sul cumpriram parte das diversas modalidades esportivas indicadas.

Os Jogos dos Estudantes Secundários de S. Catarina, por falta de um grupo organizador, foram cancelados.

A Primeira reunião distrital de "Lions" Clube do Paraná e Santa Catarina, teve desenrolar destacado. "Leões" dos Clubes dos dois Estados aqui se reuniram estudando futuras diretrizes em sucessivas reuniões realizadas na sede do C. E. Paysandu, local aonde se verificou a parte social com banquete e baile. (Notícias em O Município, nº 283).

Em outubro e novembro verificaram-se algumas festas em escolas e sociedades, com programação alusiva à história de Brusque, registrando assim a passagem do centenário.

A afluência de visitantes a Brusque, como se esperava, atraídos naturalmente pelas comemorações de nossa grande data, foi compensadora ao nosso comércio em geral. E por alguns anos ainda a procura de lembranças do centenário se registrará. Cremos que todos os

que nos visitaram nesse memorável ano, levaram consigo as melhores impressões de Brusque e de sua gente.

*

O encerramento oficial das festividades verificou-se no dia 29 de dezembro no salão de festas do C. E. Paysandú, à noite. Infelizmente não tivemos o prazer da presença do Dr. Heráclito Brusque e senhora, Dr. Osvaldo R. Cabral e senhora, Walter F. Piazza e senhora, Dom Afonso Niehues - Bispo Coadjutor de Lages e tantas outras personalidades ligadas à nossa terra. Por razões manifestadas em correspondência, essas pessoas justificaram o não comparecimento à solenidade de encerramento. Antes do banquete os presentes cantaram o Hino do Centenário e no final o Hino Nacional, sob a orientação do maestro Aldo Krieger. Discursaram Ayres Gevaerd, presidente da Sociedade Amigos de Brusque e Dr. Carlos Moritz, prefeito municipal.

*

Duas reuniões conjuntas das Comissões ainda se realizaram, a primeira no dia 19 de outubro e a última no dia 14 de dezembro. Em ambas foram registradas as doações feitas de livros, discos e medalhas comemorativas; as sub Comissões entregaram seus relatórios. Condiicionados também a venda de camas, colchões, estantes, etc. peças utilizadas durante as diversas fases dos festejos, inclusive fixada em 25 mil cruzeiros a casa de madeira que serviu de "Casa de informações" e Secretaria.

Foi anotado o material entregue à Sociedade Amigos de Brusque pela Comissão Central, de acordo com o Regulamento, constituído do saldo de medalhas comemorativas, discos com o hino do Centenário, flâmulas, decalques, dois rolos de filmes com flagrantes das festas, grande número de fotografias, documentos e papéis relacionados com as despesas em geral, correspondência, etc. O relatório da Sub Comissão de finanças foi entregue em maio de 1961. Possui 14 folhas com os seguintes registros: histórico das atividades da sub comissão e seu regulamento; texto da lei federal de 10 de julho de 1958 que "autoriza" dois milhões de cruzeiros para as festas; texto da lei municipal nº 2 que trata de empréstimo municipal (16.3.1960); aplicação de verbas pela Comissão Central e todas as sub comissões, com balancete encerrado dia 2 de maio de 1961; lei municipal nº 37 que dispõe sobre a taxa do centenário; discriminação do material entregue à Sociedade Amigos de Brusque.

Assuntos pendentes das comemorações foram de competência da SAB, com exceção da parte financeira, a cargo da Prefeitura Muni-

cipal, de conformidade com a lei nº 43 que também encerrou as atividades da Comissão Central e cujo texto é o seguinte:

"Eu, Cyro Gevaerd, Prefeito Municipal de Brusque, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º. Fica aprovado o relatório apresentado pela Comissão Central dos Festejos do 1º Centenário de Brusque, bem como a extinção da referida Comissão. Artigo 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a consolidar as dívidas assumidas pela Comissão Central do 1º Centenário de Brusque, numerando-se em dívidas do exercício findo e atribuir a esta Municipalidade a liquidação do saldo devedor, na razão da taxa do centenário.

Art. 3º. Fica, outrossim, o Poder executivo municipal autorizado a transferir para crédito de amortização, desta dívida assumida, os saldos atribuídos à Comissão Central, para fazer face ao pagamento desta Municipalidade com o Banco Inco, bem como o completo resgate dos juros de mora, autorizados pela Lei nº 2 de 16 de março de 1960.

Artigo 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*

Palavras finais

Este relatório foi terminado em uma madrugada no início de 1961, em certa casa da Av. Otto Renaux, na mesma casa aonde em 1959 e 1960, até altas horas de muitas noites, um cidadão cuidava para que as ocorrências aqui relatadas se desenvolvessem normalmente.

Um bom número de Brusquenses e um outro, de "Amigos de Brusque" trabalhou com entusiasmo e dedicação, cujos serviços jamais serão esquecidos; porque, terminadas as festas, foi possível deixar em um Museu um riquíssimo acervo de preciosidades que mostram a vida de uma Comunidade em 100 anos de existência.

Quatro gerações se sucederam, preparando o solo, muitas vezes com ingentes sacrifícios, para a felicidade e o progresso de sua terra.

Não há nomes a destacar pois no trabalho em conjunto desses homens e mulheres, os méritos são perfeitamente iguais e se identificam: cada um de acordo com suas possibilidades, visando um IDEAL, o BEM COMUM.

Documentos da Administração Barão Maximiliano de Schneéburg

Março e Abril de 1863

(De acordo com a ortografia original)

Directoria da Colonia Brusque — Desterro em 18 de Março de 1863

Em resposta ao Officio de V^a. Ex^a. que trata sobre Colono João Scharff fugido da Colonia St. Izabel tenho a honra de levar ao conhecimento de V^a. Ex^a. que esse Individuo não se acha na Colonia Brusque.

Deos Guarde à V^a. Ex^a.

Illmo^o. e Exm^o. Sr. Pedro Leitão da Cunha

Dm^o. Presidente da Provincia de S. Catharina

O Director da Colonia

Barão de Schneéburg

*

Illmo e Exm^o. Snr.

Existindo na Rua principal da Sede da Colonia Brusque no Itajahy-mirim, 15 lotes de terras para construcção de casas já distribuidos com 100 palmos de frente e com fundos conforme o terreno e os futuros outros enruamentos, o permittirem convenientemente, e sendo já 12 destes lotes com casas feitas de particulares e de negocios, não entrando as casas do Governo, venho respeitosamente pedir a V^a. Ex^a. de mandar estipular o foro annual que os locadores, como os futuros tem de pagar, visto que a exm^a. Presidencia tinha logo na fundação da Colonia determinado, que esses lugares para casa na Sede e ruas da Colonia não fossem concedidas aos pretendentes por venda, mas sim em aforamentos pagaveis annualmente, com as condições que o Governo havia de marcar, prescrevendo o tempo em que os concessionados devião edificar de baixo do alinhamento dado com as dimensões da altura minima das casas, que eu lhes já indiquei ser desde o baldram até o tecto de 18 palmos craveiros de 8 pollegadas.

As mais dimensões das alturas e larguras minimas das portas e janellas nas frentes das casas rogo à V^a. Ex^a. mandar determinar.

Para estabelecimentos maiores podem ser concedidos não só um como mais destes prazos contiguos.

Deos Guarde à V^a. Ex^a.

Desterro 21 de Março de 1863.

Illmo^o. e Exm^o. Snr. Pedro Leitão da Cunha

Dm^o. Presidente da Provincia de S. Catharina

O Director da Colonia - Barão de Schneéburg

Illmº e Exmº Snr. Presidente da
Provincia de S. Catharina.

Vª Exª Se Dignou mandar consignar-me na Thezouraria a quantia de Dous contos e quinhentos mil reis (Rs. 2:500\$000) como complemento das despezas com a Colonia Brusque, pelo Trimestre, que se finda no ultimo do corrente mez de Março.

Na incerteza do quantitativo, que receberia para esse fim e tempo, e na incerteza do tempo em que poderião serem feitas as remessas, sempre dependentes de continuas e imprevisiveis casualidades, nesta longinqua distancia de quasi 30 lagoas da Capital à Colonia, encurtei serviços mesmo de urgencia, deixando de principiar outras, e assim resultou, que dos supra mencionados Rs. 2:500\$000 juntos com o denheiro que ficou em caixa para fazer com esse conjuncto o pagamento das despezas com a Colonia no fim do Março, terei um excedente à favor da Caixa de mais ou menos Rs. 1:200\$000.

O orçamento das despesas para o trimestre de Abril a Junho que submetti à aprovação de Vª Exª importa em (Rs. 12:198\$000) e pelo excesso supra que ficará em Caixa no fim de Março (Rs. 1:200\$000) seria assim a precisão para o trimestre proximo futuro de Abril a Junho restringida à Rs. 11:000\$000), que peço respeitosa-mente à Vª Exª mandar consignar-me no Thezouro para poder leval-os comigo, apresentando à consideração de Vª Exª os motivos seguintes:

As remessas de denheiro por Hiates do Desterro à Itajahy isto é à Villa d'Itajahy além de dispendiosa pelo pagamento aos mestres da especial conducção de denheiro, e isto sem responsabilidade d'elles é tão incerta para chegar em tempo proprio, dependendo das partidas, que é impossivel contar com elles.

Quando finalmente chegão à villa d'Itajahy, antes que chegue a noticia à Colonia percorrem pelo menos 6 dias.

É mister então que eu mande expressamente pessoas de confidencia e de confiança em canóa buscar o denheiro, que fóra de novas despezas e novo risco sem responsabilidade dellas leva outros 6, 8 e mais dias conforme as agoas do Rio d'Itajahy-mirim.

Assim Exmº Snr. é saliente que não poderei estar na posse do denheiro no tempo do pagamento preciso a fazer-se das despezas do mez de Abril, o que seria muito inconveniente pela turbulencia dos jornaleiros colonos necessitados, donde nascerião novos desgostos, motivos de desordems, privações e desanimo entre os colonos, que suspeitarião, ou lhes seja logo suggerido a idea de abandono por falta de diligencia minha, o que tudo devo evitar a todo esforço.

Ouso pois de apresentar esse pequeno Memorandum à consideração de Vª Exª.

Tenho a honra de Ser
De Vª Exª

Desterro 28 de Março de 1863

O mais submisso e obediente

Barão de Schneéburg Director da Colonia Brusque

Directoria da Colonia Brusque em 31 de Março de 1863.

Illm^o e Exm^o Snr.

Para as indispensaveis medições na Colonia faz se urgente uma bussola singela consinto e seu competente sitativo assim como papel de desenho para finalmente poder fazer uma Planta das Medições.

Em parte nenhuma se achão aqui a venda n'esta Capital do Desterro estes quisitos.

Vou por isto respeitosamente requerer a V^a Ex^a os objetos supra.

Deos Guarde à V^a Ex^a

Illm^o e Exm^o Snr. Pedro Leitão da Cunha

Dignissimo Presidente da Provincia de Santa Catarina

O Director da Colonia

Barão de Schneéburg

Conforme o Original remetido ao Snr. Ministro d'Agricultura com officio de 7 de Abril de 1863.

O Official Chefe de Secção

Ricardo José de Souza

*

Illm^o e Exm^o Snr.

A fim de que eu possa informar devidamente sobre o requerimento dos Colonos, enviado à V^a Ex^a por intermedio do Delegado da Policia em Itajahy o Snr. Joaquim Pereira Liberato, tomo-me a liberdade de rogar à V^a Ex^a de mandar entregar-me os Mappas da Colonia Brusque, que se achão nas mãos de V^a Ex^a, por tel-os submettido na minha chegada a esta Capital à Inspeccão de V^a Ex^a junto com o Livro da Caixa da mesma Colonia.

Tenho a honra de ser com o maior respeito e submissão
De V^a Ex^a o mais obediente

Barão de Schneéburg

Desterro 8 de Abril de 1863.

*

Directoria da Colonia Brusque Desterro 9 de Abril de 1863.

Illm^o e Exm^o Snr.

Em respeitosa resposta ao Officio de V^a Ex^a de 31 de Março p.p que se refere ao aviso do Ministerio da Agricultura, Comercio e das Obras Publicas de 11 do mesmo mez, sub N^o 11, relativo à petição do Padre Alberto Francisco Gattone sobre uma gratificação de Rs. 150\$000 de cada uma, das viagens, que tem de fazer a Colonia Brusque para dar o pasto spiritual aos habitantes da mesma, tenho de informar que já por tres vezes o peticionario Padre Gattone visitou este Colonia, prestando aos suas habitantes catolicos o pasto spiritual.

A primeira, vez que era no mez do Junho de 1861, foi chamado por mim authorizado pelo Exm^o Sr. Presidente, demourou-se 7 dias na Colonia, e pagei-lhe a penes as suas despesas de sustento por intermedio e mão de Antonio Vicente Haendchen negociante na Villa

d'Itajahy em 24 de Junio, Documento Nº 5 do mesmo mez a quantia de Rs. 50\$000, nas outras duas vezes de sua vinda não sendo eu authorisado de Presidencia da Provincia, nada paguei.

Em cada uma destas visitas demorou-se 15 e mais dias em continua atividade.

Julgo pois, que à vista das despezas, que tinha e tem de fazer com o aluguel de Canóa, dos remadores, com o sustento dos mesmos na viagem e na sua demora, assim como o da sua propria allimentação e a do seu Sacristão durante todo tempo, a gratificação de Rs. 150\$000 por cada uma de suas viagens não é fóra de razão, o que tenho com todo o respeito de expor à V^a Ex^a.

Deos Guarde à V^a Ex^a

Illm^o Exm^o Snr. Capitão Tenente Pedro Leitão da Cunha
Dm^o Presidente da Provincia de St. Catharina
O director da Colonia

*

Directoria da Colonia Brusque no Itajahy-mirim em 25 de abril de 1863

Illm^o e Exm^o Snr.

Em respeitosa resposta ao Officio de V^a Ex^a de data 13 de Abril corrente sobre os Animaes de carga nesta Colonia pertencentes ao Governo, tenho a honra de dizer o que já pessualmente expuz à V^a Ex^a que existem 6 animaes de carga em bom estado arreados e com cangalhas.

O serviço delles é de carregar mantimentos dos Colonos moradores em grandes distancias e em caminhos damnificados nos tempos pluviosos assim como para na volta trazerem os seus productos a sede da Colonia não podendo os Colonos carregal-os nas suas costas, e por isto são por ora indispensaveis até os Colonos possuirem animaes proprios.

Deos Guarde à V^a Ex^a

Illm^o e Exm^o Snr. Capitão Tenente Pedro Leitão da Cunha
Dm^o Presidente da Provincia de S. Catharina
O Director da Colonia **Barão de Schneéburg**

*

Directoria da Colonia Brusque no Itajahy-mirim em 27 de Abril de 1863

Illm^o e Exm^o Snr.

Venho respeitosamente pedir à V^a Ex^a, que, tendo-me pedido vários Colonos boms trabalhadores, me consinta: a dar nos casos e preços favoraveis ao Erario, algumas extensões de caminho em serviço empleitado. Reconheço, que estes serviços em empleitamento à preços esscrupulosamente estipulados economisão com a outra vantagem que progredirão proporcionalmente muito mais de pressa, e servirão por emulação aos outros menos zelosos colonos.

Deos Guarde à V^a Ex^a

Illm^o e Exm^o Snr. Capitão Tenente Pedro Leitão da Cunha
Dm^o Presidente da Provincia de S. Catharina
O Director da Colonia **Barão de Schneéburg**

Directoria da Colonia Brusque no Itajahy-mirim em 29 de Abril de 1863

Illm^o e Exm^o Snr.

Como os trabalhadores nos Caminhos sejam sub-dividos em diversas turmas e lugares o que querece principalmente pelo augmento dos jornaes uma continua e não interrompida feitorisação, para economisar por meio de boms e ponctuaes Serviços, peço a V^a Ex^a de conceder-me que eu empregue mais 2 feitores assiduos pelo preço mensal de Rs. 30\$000 cada um.

Deos Guarde à V^a Ex^a

Illm^o e Exm^o Snr. Capitão Tenente Pedro Leitão da Cunha
Dm^o Presidente da Província de S. Catharina

O Director da Colonia
Barão de Schneéburg

*

Directoria da Colonia Brusque no Itajahy-mirim em 29 de Abril de 1863.

Illm^o e Exm^o Enr.

Quando recebi o terreno destinado pelo Imperial Governo para o Estabelecimento d'esta Colonia me foi indicado pelo então Delegado das terras-Publicas o Snr. Major Alvim, um terreno nas margems do Rio Itajahy-mirim fronteiro ao lugar chamado Vicente-Só na margem direita do mesmo Rio, para a Sede da Colonia por ser o unico apropriado à um agresso fluvial, aonde de facto esta Sede foi estabelecida.

Achei parte desta pequena planicie occupada pelo intruzo, não Colono Mathias Wagner, casado com familia, constando as suas bemfeitorias em uma casa tosca de taboas — uma pequena Engenhoca para fazer assucar, coberta de palha, aberta dos lados, pequenos Cylin dres puramente de madeira, sem tachos nem outros utensilios — uma pequena plantação de canna que colhéo, — tudo em um pequeno pasto com algumas muito poucas laranjeiras na frente da dita casa, aonde ainda mora.

Mathias Wagner não plantou mais por este terreno pertencer à esta Colonia do Estado e requereo à Presidencia do Governo da Província com informações minhas muito favoraveis à seu pedido por differentes vezes huma justa indemnisação destas Bemfeitorias junto com dous bois novos e boms para puxar madeiras, prompto de se retirar e de se ajuntar com seus parentes no Rio Itajahy-assú.

As mencionadas Bemfeitorias com os dous bois forão avaliadas em hum Conto de reis (Rs. 1:000\$000).

O Peticionario Mathias Wagner recebeu pela Thezouraria em Desterro por Ordem do Exm^o Snr. Galvão um Aconto de cem mil reis (Rs. 100\$000) com a declaração do mesmo Exm^o Snr. officiaria ao Governo Geral para que este emanasse a Ordem para que se faça o pagamento à Wagner do resto da Avaliação, e que Wagner requeresse o mesmo Governo Geral, promettendo-lhe que informará em favor do Peticionario.

A varios repetidos requerimentos acompanhados com informações minhas em favor delles recebeo Wagner do Exm^o Snr. Presidente Motta sucessor do Exm^o Presidente Galvão, e como o Peticionario declara, tâobem do Exm^o. Snr. Vice-Presidente Coutinho as mesmas respostas, e assim está o Peticionario ha dous annos em assaz longa e penosa esperança para o final recebimento do resto necessitado da Avaliação das ditas bemfeitorias.

O mencionado pequene pasto, unico que existia, precisou, para dar aos animais do Governo conveniente pasturagem, ser augmentado, e foi o mesmo Wagner, que se offerceo a deroubar cinco mil (5000) braças quadradas de matto, nunca por elle occupado, contiguas ao pasto pequene, como jornaleiro, por cujo Serviço-Publico em terras da Nação recebeo em 4 de Agosto de 1861 sob Documento e Recibo N^o 6, se acha nas minhas contas do mesmo mez e anno remetidas à Exm^a Presidencia a quantia de Rs. (60\$000) pagos por esta Directoria, e finalmente, por elle já ter deixado o mencionado pequeno pasto em completo abandono como pertencente à Colonia nacional, foi lhe concedido, tendo assim pedido a preferencia sobre outros trabalhadores jornaleiros, o ganho do limpamento do mesmo, por que Serviço publico forão lhe pagos pela Directoria em 31 de Outubro de 1861 sob Documento N^o 8 das contas do mesmo mez e anno a quantia de (Rs. 35\$).

Julguei necessario de levar tudo o exposto à sciencia de V^a Ex^a para que com pleno conhecimento de todas aa circumstancias e especialidades V^a Ex^a Se queira dignar a dar me as precisas instruções e Ordems sobre o caso seguinte:

No meu actual regresso da Capital da Provincia à Colonia achei o mencionado pequene pasto incluindo consideravel parte do pasto novo cercado por Mathias Wagner, vedando aos animaes da Colonia a pasturagem, e que só por comprazer as tolleria quando elle quizesse, bradando com grandes pallavras estar no seu direito visto que não lhe fossem ainda pagos os (Rs. 900\$000) do resto da avaliação, de exigir revalidação sobre esse terreno, e em consequencia de vedal-o à quem lhe parecesse.

Não podia embargar o cercamento, pois na minha chegada já estava completado e prompto.

Peço à V^a Ex^a de precever-me como devo proceder contra semelhante arbitrario escandalo, creio (com toda razão) somente por odiosas insufflações provocado e insunuado.

Permitto me de ajuntar: que considero a permanencia de Mathias Wagner no Cremio da Colonia, como instrumento sempre prompto dos inimigos, sem outras occupações, transmittindo e semeando toda especie de insinuações é muito nociva à transquillidade e harmonia na Colonia, e penso que seria justo (é casado com mu-

lher e filhinhos) que seja indemnizado de algum modo de Suas bemfeitorias, e assim esta Colonia delivrada de um individuo tão pejudicial.

Deos Guarde à V^a Ex^a

Illm^o e Exm^o Snr. Capitão Tenente Pedro Leitão da Cunha
Dm^o Presidente da Provincia de S. Catharina

O Director da Colonia
Barão de Schneéburg

*

Directoria da Colonia Brusque no Itajahy-mirinã em 30 de Abril de 1863.

Illm^o e Exm^o Snr.

Como complemento da informação, que com data Desterro aos 9 dias de Abril de 1863 levei ao conhecimento de V^a Ex^a relativamente à queixa de 8 Colonos sobre as duas divergentes medições de seus lottes, uma feita por Germano Thieme a outra por Max von Printz tenho respeitosamente de ajuntar e de apresentar à V^a Ex^a as duas atestações juntas sob N^o 1 e 2 assignados em fé da verdade e debaixo de juramento se necessario for, pelos mesmos 8 Colonos que estão assignados na queixa transmittida à V^a Ex^a pelo Delegado da Policia Joaquim Pereira Liberato.

Por estes Documentos poderá V^a Ex^a ajuizar as continuas abusivas tentativas contra o socego e estabilidade do Colonia o que peço respeitosamente a V^a Ex^a de mandar prevenir como bem houver.

Deos Guarde à V^a Ex^a

Illm^o e Exm^o Snr. Capitão-Tenente Pedro Leitão da Cunha
Dm^o Presidente da Provincia de S. Catharina

O director da Colonia
Barão de Schneéburg

*

Tradução do Documento N^o 1 pertencente ao complemento da informação do Director da Colonia Brusque com data de 30 de Abril de 1863 sôbre as medições divergentes de Germano Thieme e de Max von Printz.

Nos abaixo assignados attestamos por este, sobre honra e consciencia, que nenhuma pedição, digo, petição fizemos nem enviamos ao Sr. Delegado da Policia sobre as duas medições uma feita por Hermann Thieme, a outra por Max von Printz; que estavamos tranquilos nas nossas casas quando veio o Colono Roberto Schmidt assim como o Colono Henrique Horst, e nos intimou que aquelles de nos que estivessem descontentes com as novas medições tinhão de comparecer na Sede da Colonia, ao que obedecemos.

Ali fomos interrogados pelo interprete Ludwig Schirmann: qual das duas medições desejamos? ao que temos declarado que queriamos conservar as antigas medições por termos deroubado as nossas roças no sentido das mesmas, e nenhuma outra pergunta mais

nos foi feita digo apresentada, da mesma sorte nada mais nos foi lido pelo segundo interprete August Fischer caixeiro da venda de Joaquim Pereira Liberato em tradução allemaa sómente bocal de um papel escripto em lingua portugueza que não intendemos, e assignamos o dito escripto que nos foi apresentado em boa fé.

Declaramos mais digo attestamos mais que nemhuma palavra proferimos que o Director da Colonia não ficesse Caso nenhum de nossas queixas sobre essas medições; pois ao contrario foi elle que nos tinha declarado que plantassemos por ora tranquillamente as nossas deroubadas embora as demarcações de Max von Printz, feitas as nossas deroubadas embora as demarcações de Max von Printz, feitas nas nossas presenças e assistenciais não a seu bello prazer, mas sim nas linhas unitorias dos marcos inqueimados demarcados na medição feita pelo Major Rivierre por ordem do Governo e que demarcou nelles em partes iguaes as nossas terras, o que na verdade nos prejudicou nas nossas roças, por cuja razão desejavamos conservar a pretendemos as picadas de H. Thieme, — tão pouco preferimos a minima observação que o Director não nos tinha visitado nas nossas novas habitações sabendo muito bem quanto estava sobre-carregado com afazeres, e se for necessario estamos promptos de confirmar todo o exposto por um juramento, do mesmo modo que não fomos expontaneamente declarar esse nosso verdadeiro desejo, mas sim que fomos para isto chamados.

Praças do Norte do Guabirúba em 26 de Abril de 1863.
assignados:

Adolph Batschauer — Johann Schadt — Johann Zabel —
Fabian Becker — Ludwig Schirmann — Robert Schmidt — Heinrich
Niels — Johann Schwarz .

Esta tradução esta conforme ao Original allemão — Colonia
Brusque no Itajahy-mirim em 30 de abril de 1863.

Barão de Schneéburg
Director da Colonia

(Tradução do Supra declarado pelo Colono Johann Schwarz)
Declaro por este, que não chamei de espontanea vontade, os
respectivos Colonos para assignarem a petição contra a respectiva
digo contra a medição dos respectivos Lotes, e que o fez por Ordem e
conta do Snr. Delegado Joaquim Pereira Liberato.

Colonia Brusque em 30 de Abril de 1863.
Está conforme.

Barão de Schneéburg
Director da Colonia

A continuidade desta Revista somente
será possível com a ajuda de todos os
brusquenses.

Número 17 — Ano V — Tiragem de
— 500 exemplares —

Colaboração financeira integral de

Tecelagem Santa Luzia S. A.

BRUSQUE — Santa Catarina

TECIDOS PARA VESTUÁRIO

100% ALGODÃO